

PORTUGAL democrático

SAI NA PRIMEIRA 6.ª FEIRA DE CADA MES

ANO I — N.º 7



SAO PAULO, 12 DE JANEIRO DE 1957



CR\$ 3,00

REDAÇÃO: R. Conselheiro Crispiniano, 379 —
sala 601 — Telefone: 35-5822 — SAO PAULO

Leiam
Neste Numero:

Colaboração de Maria Ascher, Paulo de Castro, Victor Ramos, Paulo Resende e "Carta Aberta" do Prof. Barbosa de Magalhães

O JULGAMENTO POLITICO DO PORTO

Conforme anunciamos no n.º anterior, começou no passado dia 10 de Dezembro, na cidade do Porto, o julgamento de 51 pessoas, acusadas de "atividades subversivas". O mais importante ren deste processo é o Professor, Critico e Historiador de Literatura, dr. Oscar Lopes. Os restantes, na sua maior parte, são jovens democratas, pertencentes ao Movimento de Unidade Democratica da Juventude. Este Movimento, cuja existencia legal não foi até agora desmentida pelos Tribunais portugueses, não é um Partido, mas antes um movimento de opinião, que reúne jovens de diferentes credos políticos e religiosos. Os seus aderentes lutam pelos direitos mais elementares da juventude, os quais não existem em Portugal: condições mínimas de estudo, trabalho, pratica de desportos, assistência medica e social etc. Reivindicam também, o que é justissimo, o direito de se poderem reunir em organizações proprias, com direções eleitas democraticamente.

Estas reivindicações parecem tão basilares, tão primarias, que é difficil fazer compreender a um português há muitos anos longe da pátria que o governo de Salazar não queira stendê-las e, ainda, persiga duramente quem as apresenta. Infelizmente, porém, assim é. No clima de desânimo moral em que se vive no nosso país os jovens que procuram esclarecer-se e compreender o lugar que occupam na sociedade portuguesa, através do estudo dos problemas que lhes são proprios, são sistematicamente perseguidos, presos, vexados, maltratados.

Seis dos jovens cujo julgamento corre presentemente na cidade de Porto — Herminio Marvão, Angelo Veloso, Pedro Ramos de Almeida, Maria Cecilia Alves, Agostinho Neto e Hernani Silva fazem parte da Direcção do Movimento de Unidade Democratica Juvenil e

encontram-se presos há quase dois anos, tendo-lhes sido negada liberdade sob caução.

VIOLENCIA DA POLICIA POLITICA

Todos eles foram maltratados pela Policia Politica. Assim, Herminio Marvão, estudante da Faculdade de Economia do Porto, foi obrigado a suportar o suplicio da "estatua" durante 52 horas ininterruptas. Os agentes da PIDE, que se revessavam, forçaram-no a permanecer durante este tempo sempre de pé, acordado e de braços levantados. Quando caiu exausto no chão, bateram-lhe e impediram-no de dormir, cinco dias e cinco noites consecutivas. Gravemente doente, em consequencia destes maus tratos sofridos e por occupar uma cela subterranea, umida e sem luz, Herminio Marvão, conseguiu ser hospitalizado, graças à pressão da opinião publica nacional e interna.

(Conclui na 2.ª pág.)

MANOEL FARIA

dedica sua vitoria à Colonia Portuguesa do Brasil

por ARMANDO PINTO

Há alguns dias atrás, desceu no Aeroporto de Congonhas um jovem franzino e apagado, quase um tímido. Passou desapercibido e silencioso entre os muitos passageiros que diariamente chegam da Europa. Modesto, foi ainda em voz baixa que agradeceu os votos de exito do funcionario da alfandega. Alguns compatriotas aguardavam-no. Sem alardes treçou os primeiros cumprimentos, as primeiras impressões, algumas palavras amáveis, e embarcou para São Paulo. Setenta e duas horas depois, seu nome ganhava a primeira pagina dos grandes jornais diarios: "Manoel Faria, vencedor da São Silvestre".

Correu, sem que os inevitáveis palpites lhe registrassem o nome para favorito. Logo de inicio chefiou o pelotão vanguardeiro através das ruas da grande metropole. A todo o momento, era aguardada a sua entrega



ante os rivais famosos. Contudo, o lusitano parecia não ceder facilmente. E eis que, de um modo inesperado e inteligente, aproveitou uma subita decisão, para aumentar a distancia que o separava dos adversarios. Desmembrou-se o pelotão dianteiro. Apenas Drago, o iugoslavo, pôde abalar em sua peugada. Perseguido-o duramente durante metade do percurso e, ao aproximar-se a reta final da rua Casper Libero, apertou o ritmo da corrida. Manoel Faria não cedeu, manteve-se galhardamente na vanguarda sem olhar uma só vez para

trás, entre o rumorejar da multidão e os "flashes" dos fotografos, numa aceleração irrelativavel lançou-se para a vitoria que sabia sua. O ano de 1957 baixava sobre o Brasil.

Só então os jornais quiseram saber algo acerca desse surpreendente corredor lusitano. Não era de maneira alguma, um desconhecido. Desde 1954 sagrou-se campeão de Portugal nas distancias de 1.500, 5.000 e 10.000 metros. Foi vencedor do Campeonato da Europa, disputado em 1954, na Suíça. Em 1955 venceu o premio do Natal, em Lisboa,

conquistou o recorde iberico dos 5.000 metros, e ganhou o "cross" da Irlanda, em prova realizada em Belfast. Atualmente é detentor de 8 recordes nacionais em provas de 1.500 a 10.000 metros.

Dias depois da sua vitoria, achamos Manoel Faria partilhando com o corredor espanhol, Jesus Hurtado, um quarto do Hotel Florida. Preocupado porque esquecera no bolso uma carta para a esposa, e preocupado com as dificuldades e a demora do seu regresso. A noite, disputaria os 5.000 metros na pista do Paçaembu.

— Mas, Faria, no emprego não facilitam a sua vida de desportista?

— Sim, mas não quero abusar. Sempre me deixam deslocar ao estrangeiro, e é quanto basta. O ano passado mudei-me para perto do campo do Sporting, para poder treinar duas vezes por dia. Nunca pedi para sair antes do horario...

Nota-se o seu orgulho em não viver de favores. Faria é um homem de trabalho. Coursou a escola industrial até ao 3.º ano, foi serralheiro, empregado de comercio, e atualmente é escriturario.

— Manoel, qual foi a sua primeira grande alegria como atleta?

— Foi em 1953, ao correr os 5.000 metros. O recorde nacional estava com João Filipe, com o tempo de 15 m e 25 s. Nesse dia, Filipe alcançou 15 m 8 s. e 6/10 e eu 15 m. 8 s. e 8/10.

A modestia de Faria fá-lo silenciar o seu actual record de 14 m e 25 s.

— E, como vai Portugal?

— Sempre na mesma...

— A vida?

— Está cara...

— Continua-se de boca fechada? — arriscamos nós.

Houve um retraimento da parte do atleta. Um subito receio queimou-lhe a franqueza das atitudes. Não insistimos.

— Você quer transmitir alguma mensagem à colonia (Conclui na 2.ª pág.)

"ESCLARECIMENTO PUBLICO"

Do jornal "Republica" sob o titulo acima, transcrevemos o curto comentario que se segue. Fazendo-nos eco da deasombrosa atitude de Antonio Sergio, de que só agora tivemos conhecimento, desejamos deixar bem claro que sem quebra da muita consideração que aquele democrata e grande escritor nos merece, tal transcrição não significa que "Portugal Democrático" partilhe integralmente a posição assumida por aquele valoroso combatente anti-fascista.

— Em referencia a palavras (Conclui na 2.ª pág.)



ANTONIO SERGIO

A UNIDADE IMPOSSIVEL

Sucessivamente, e em curto espaço de tempo, dois Ministros portugueses apelaram para a unidade dentro do país. O Ministro do Interior, no ato de posse do novo Governador de Angra do Heroismo, chamou os portugueses "à unidade e à coesão". Já antes, na cerimonia comemorativa do 20.º aniversario da Legião Portuguesa, o Ministro Costa Leite (Lumbráes) afirmara, com identico propósito: "Todos podem vir até nós, porque todos recebemos..."

Que unidade, porém, pode ser essa, propsta pelos que infelicitam o nosso país há mais de trinta anos? Unidade em torno de quê, para quê e com quem? Unidade em volta de um grupo que, após governar a nação durante tanto tempo (com que direito, pode perguntar-se agora...) ainda deixa escapar esta triste confissão: "Não interessa se somos maioria ou minoria?" (discurso do Ministro Costa Leite, em 10 de dezembro de 1956). Unidos à volta de um homem que, unicamente em nome da sua propria sobrevivência politica, vem hoje pregar ao povo que abateu, uma teoria de sacrificio e de luta em que "devem considerar-se de menor monta as confrontações das formas do Estado e dos regimens politicos, as divisões partidárias, certas desigualdades sociais ou interesses materiais da vida?" (mensagem de Salazar, da mesma data). Unidade com um governante que, para justificar os projetos belicistas que lhe permitiriam, a realizar-se, durar no poder, sem olhar a confrangedora situação do país que domina, ousa dizer à Europa que esta "sente demasiado medo da pobreza e do sofrimento, que são afinal a vida"? "Direi francamente (exclama em certa altura da mesma mensagem plagiando descaradamente uma frase de Harry Truman,

confiando na impossibilidade de critica dos portugueses) direi francamente que tenho medo... do medo".

Não, diremos nós, também francamente, não é essa a unidade que interessa aos portugueses. A que eles pretendem, aquela que estão forjando na luta diaria por melhores condições de vida e de trabalho, a que se consolida no fundo dos cárceres politicos, aquela que se firma nas horas amargas, e depois exaltantes, em que surgem e se superam divisões, incompreensões e desconfianças, essa é a unidade em torno dos principios da dignidade da condição humana, preconizada desde sempre pelos democraticos portugueses.

Essa unidade, que vimos pregando nesta modesta tribuna desde o primeiro numero de Portugal Democrático torna-se agora mais necessária do que nunca, em face do desmascarar de baterias do Estado Novo. Este canto de sereia, aliás, surge, com regularidade matemática e igual ineficácia, sempre que uma comoção internacional abala o mundo. De tão velho e relho já não convence ninguém. E não será agora, precisamente na altura em que novos ventos de esperança varrem o nosso país, que as formas da opposição vão esquecer o que as aproxima. A unidade que está a realizar-se, de forma lenta mas segura, prosseguirá portanto, isolando cada vez mais o grupo confesadamente minoritario que se apoderou do nosso País e há trinta anos o mantém sob o seu jugo. Será essa a melhor resposta dos democraticos portugueses aos apelos salazares de glazarismo,



CARTA DUM GRUPO DE CIDADÃOS PORTUGUESES AO SENHOR NUNCIO APOSTOLICO EM LISBOA

Um grupo de cidadãos portugueses, fez chegar às mãos do Nuncio Apostolico em Lisboa, a carta que abaixo transcrevemos. Ter razões óbvias, omitimos deliberadamente as assinaturas:

Excelencia,
Os abaixo assinados, cidadãos portugueses liberais e democratas (alguns deles catolicos praticantes) pedem a V. Excia. um especialissimo favor: o de levar ao conhecimento do Sumo Pontifice a magoa que lhes causaram as palavras e actos pelos quais Sua Eminencia o Cardeal Tisserand interferiu nas questões da nossa politica interna colocando-se ao lado do actual governo (anti liberal, anti democratico anti parlamentar, assim como ele proprio se definiu algures) contra os republicanos e democratas. Ao que nos parece, foi Sua Eminencia em primeiro lugar, incorrecto e injusto nos seus juizos porquanto ao instaurar-se o actual regime eram de todo normais e excelentes as relações entre o Estado e a Igreja Catolica, a ponto de o chefe do partido radical da Republica ser quem mais favoreceu as missões no Ultramar; em segundo, portouse de maneira pouco cordial e indiscreta na sua dupla qualidade de estrangeiro e de sacerdote; e em terceiro, finalmente, mostrou-se no caso particularmente incauto por isso que,

atribuindo ao regime que actualmente vigora o caracter de uma instituição eterna não pensou na triste consequencia possivel de suscitar contra a Igreja uma attitude de colera, que não caberia decerto qualificar de justa (por isso que a colera nunca pode ser justa) mas em suma natural e explicavel com futuras consequencias deploraveis para todos. De tais divergencias entre a Democracia e a Igreja quem mais se desgostaria seriamos nos; por isso que, se somos em politica anticlerical (isto é, contrarios a ingerencia dos sacerdotes na vida politica do Pais) temos o maximo respeito pela religião e pela Igreja, e desejamos que esta nos apareça sempre com a perfeita venerabilidade de uma instituição religiosa, e não sob a mascara de um partido politico ao serviço dos interesses da plutocracia.

Agradecendo antecipadamente a Vossa Excelencia Reverendissima a anuencia ao pedido que aqui formulamos, rogamos-lhe mais que se digne aceitar, Senhor Nuncio Apostolico, os protestos de nossa maior consideração.

O Julgamento Politico...

(Conclusão da 1.ª pag.)

cional, revoltada contra o procedimento da Policia Politica do Estado Novo.
Uma das razões que levou o governo português a ceder, abrandonando as torturas a que submetia este e outros jovens, foi um telegrama dirigido ao Presidente da Republica e assinado por 43 intelectuais franceses, de alto prestigio, entre os quais Jean Cocteau, François Mauriac e Georges Duhamel, todos da Academia Francesa Louis Aragon, Jean-Paul Sartre, Vercors, Simone de Beauvoir etc.
Outro dos presos, Pedro Ramos de Almeida, estudante da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo recusado fazer a "estatua" foi esmurçado, esbofetado e impedido de dormir sete dias e sete noites sem interrupção.
A Policia Politica torturou tambem 2 dias e 3 noites Diniz Fernandes de Miranda, jovem camponês alentejano. Os agentes ligaram-lhe as mãos atrás das costas, torceram-lhe os órgãos genitais e levantaram-no varias vezes, ora pelos pés, ora pelos cabelos, deixando-o cair desamparado no chão.
Estes são alguns exemplos recentes (ocorreram todos de há menos de dois anos para cá) na forma como são maltratados e vexados os jovens portugueses que, face ao "paternalismo" salazarista, afirmam a sua vontade de construir um futuro melhor para a juventude do nosso país.

No processo agora em curso, o governo pretende destruir completamente o Movimento de Unidade Democratica Juvenil que, na atmosfera de desintegração moral em que se vive no Portugal de hoje, constitui uma base fundamental para a defesa dos interesses da mocidade. Na acusação formulada, a Policia Politica, alem de pretender provar ligações politicas inexistentes, e que já foram devidamente reconhecidas como tais em processos anteriores, afirma tambem que o MUD Juvenil é uma "associação sem estatutos" e haver uma lei (de

resto promulgada muito posteriormente à fundação do Movimento) que pune rigorosamente todas as pessoas que pertençam a qualquer associação nestas condições.

A acusação, como é evidente, é capciosa, e, se ainda existe alguma Justiça livre no nosso país, está votada ao malogro. Em todos os julgamentos anteriores provou-se, com efeito, que o MUDE é um movimento de opinião e não uma associação secreta e que, por outro lado, os seus aderentes proclamam abertamente as suas ideias, que não são anti-constitucionais e encontram, aliás, amplo apoio em todas as camadas juvenis.

Reconhecida, como já foi varias vezes, pelos fatos, a importancia da opinião publica internacional perante um governo, como o de Salazar, que infelizmente dirige a nação à margem da critica nacional, fecunda e construtiva, "Portugal Democratico" sente-se à vontade para lançar um apelo a todos quantos, brasileiros ou portugueses, queiram apoiar fraternalmente a causa dos jovens nossos compatriotas agora julgados na cidade do Porto.

A mocidade do nosso país, de tão grandes tradições de liberdade e independencia de atitudes, não pode ficar submetida ao regime do Partido unico, impedida de lutar pelos direitos que lhe negam. O nosso jornal encerra-se, pois, de transmitir todas as mensagens de protesto contra o presente julgamento, que constitui mais uma tentativa de asfixia da nossa juventude.

"ESCLARECIMENTO PUBLICO"

(Conclusão da 1.ª pag.)
ontem pronunciadas na sede do Comando Geral da Legião Portuguesa sobre a attitude dos democratas e liberais portugueses perante os males de que recentemente tem sido vítima o povo húngaro, o abaixo-assinado liberal e democrata, vem declarar que está pronto a apoiar, com o maior entusiasmo, todas as manifestações contra a vio-

ONDE ESTA' A DIFERENÇA...

No tempo da Republica Democratica dizia-se em Portugal que os negocios publicos iam mal — e era verdade. Agora, neste interregno de ditadura salazarista diz-se que os negocios vão bem. — e é mentira.

Mais um aniversario do 31 de Janeiro

Como consequencia do "ultimatum" da Inglaterra, e do descredito em que o regime monarchico dos Braganças caira no povo português, e da ansiedade renovadora do punhado de republicanos que dia a dia se ampliava e crescia de audacia e heroismo, deflagrou no dia 31 de janeiro de 1891, na cidade do Porto, um movimento revolucionario que tentou destruir a dinastia brigantina e implantar a republica em Portugal.

A revolta fôra insuficientemente preparada e o exercito venceu-a sem dificuldade. Os

MANUEL FARIA

(Conclusão da 1.ª pag.)
portuguesa no Brasil, através de nosso jornal?

— Certamente. Diga que "agradeço reconhecidamente a todos os compatriotas todas as provas de simpatia que me têm dado. Penso ter deixado satisfeita a colonia portuguesa. A ela dedico a victoria de que ela é merecedora. Quero ainda agradecer ao sr. Mario Americo e à Portuguesa de Desportos todas as gentilezas que tiveram comigo; ao sr. Afonso Salgado; aos srs. João Ramalho e Nestor Pereira; ao sr. Consul de Portugal, à "Gazeta Esportiva" e, principalmente, ao seu diretor, sr. Nell, a quem devo a maior das amabilidades".

Despedimo-nos. A noite, Manuel Faria voltou a correr na pista do Pacaembu. Sentados no empedrado das bancadas, vimos-lo atacar corajosamente o lugoslavo Drago, antes mesmo dos 2.500 metros. Angustiado, tememos que a ousadia o conduzisse ao fracasso. De torturado em torturado momento, vimos-lo alargar a distancia sobre o seu mais proximo rival. Acabou ganhando com uma distancia de 30 a 40 metros. E, entre a alegria e o ruído festejar da victoria, sentimos que uma oportuna tristeza nos mordia o coração. "Aqui está um jovem português de 26 anos, modesto, digno, uma juventude rica de perseverança e ousadia. Convidado a pronunciar-se sobre as condições em que vive o seu povo, o medo silencia-lhe a opinião. Contradição viva e subterranea, destruidora de sentimentos e atitudes".

Não criticamos e compreendemos a attitude de Manoel Faria. Condenamos sim, a ditadura que há trinta longos anos vem correndo a alma da nossa compulsoriamente emudecida juventude.

lencia e os mais veementes protestos a favor da liberdade do povo húngaro ou de qualquer outro povo estrangeiro, desde que incluam tambem um protesto a favor da liberdade do povo português, hoje impedido de exercer os seus direitos fundamentais de cidadania.

15 XI 1956.

Antonio Sergio

Aos Nossos Amigos

Talões de Assinaturas — Já no numero anterior pedimos a todos os nossos amigos que tivessem em suas mãos talões de recibos provisionais, para recolha de assinaturas, que procedessem à rapida devolução dos respectivos canchotos, para efeito de controle e consequente emissão dos recibos definitivos. Lamentamos que nem todos tenham atendido este apelo, e mais uma vez chamamos a atenção para a urgencia que a Se-

cretaria tem em resolver este melindroso assunto.

FALSOS AMIGOS

Avisamos os nossos amigos de que pessoas estranhas ao jornal estão utilizando o seu nome para angariar fundos.

Doravante só deverão ser entregues quaisquer importancias para o jornal a pessoas devidamente credenciadas e contra recibo assinado por dois administradores.



policia retira todo o significado de homenagens para o transformar em protesto mudo e eloquente.

A foto representa o monumento dos mortos do 31 de Janeiro, no cemiterio Prado de Repouso, no Porto.

O PATRIOTISMO DELES...

Durante a campanha eleitoral de 1949, para Presidente da Republica, e pretendendo a Resistência eleger o general Norton de Matos, realizaram-se 2 comícios na Regua. O 1.º foi da propaganda do candidato da União Nacional, salazarento, marechal Carmona; o 2.º foi da Oposição.

Quando a equipa de oradores oposicionistas chegou à Regua, liderada por Lelo Portela, o escândalo da véspera latejava ainda, como eco prolongado do comício da União Nacional. O lider transmontano desse unico partido politico consentido pelo governo, personagem que reunia as categorias de Presidente da União Nacional, Presidente da Camara Municipal, e Reitor do Liceu, discursara durante 1 hora para afirmar:

— que o governo salazarista ganharia a eleição

— que se o governo a não ganhasse, o exercito saberia cumprir o seu dever e restauraria o governo de Salazar

— que, se o exercito não cumprisse o seu dever, o generalissimo Franco cumpriria o seu, e enviaria tropas de choque para restabelecer, pelas armas espanholas, o governo de Salazar.

A imprensa da resistência referiu na ocasião o delirio deste quadrilheiro salazarento, especialmente os jornais "Republica" e "Sol". Mas não é demais que de quando em quando se fa-

ça uma chamada à memoria dos que se deixam ofuscar pelas miragens e julgam que tudo o que luz é oiro.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Redação:

Rua Conselheiro Crispiniano, 379 - 6.º andar sala 601 - Fone: 35-5822 São Paulo-Brasil.

Diretor-responsável: Otávio Martins de Moura

EXPEDIENTE:

Dias uteis: das 9 às 18 hs.

Sabados: das 8 às 12 horas.

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democratico" com verdade e independencia.

Não dispõe de qualquer subsidio. Sua vida depende de todos os democratas, fundamentalmente brasileiros e portugueses, que desejam vigore em Portugal um regime verdadeiramente democratico. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscrever uma contribuição mensal, alem duma assinatura anual.

Assin. anual Cr\$ 30,00
Assin. especial 100,00
Numero avulso 3,00

UM LIVRO QUE TODOS DEVEM LER

FATIMA

«Historia de um Grande Embuste»
De TOMAZ DA FONSECA
Livraria Cultura Nacional Ltda.
Rua Quintino Bocaiuva, 71 - 11.º andar
Sala 1.101 — Fone 32-5223

Imagens do Natal

Confesso o meu atrazo. O Natal para mim não é um dia buílico em que as ruas estão iluminadas por uma cristianíssima Prefeitura, o comércio realiza com agilidade e devoção melhores vendas para melhor podermos adorar o menino-Deus, as famílias se reúnem para testemunhar publicamente que ainda existe família. O meu Natal é um pouco mais econômico e quase chega a dispensar o mundo exterior. Se todos se resignassem a esta economia, a catástrofe seria enorme, nem luzes multicores nem ornamentações tão bonitas nas lojas, o cristianismo perderia alguns dos seus fortes estimulantes e poderia até acontecer muitos nem se lembrarem que existe o Natal.

A minha maneira de festejar é não bolir, o meu Natal é feito de imagens dispersas, desentranhadas da memória quando chega este dia como se em alvoroço tivessem saído de uma prisão e viessem visitar um amigo distante.

É feito da lareira e do escano da aldeia em que nasci; dos camponeses movendo-se como silhuetas ao fogo dos toros, numa atmosfera quase irreal em volta de uma mesa fumegante com taças de barro de vinho quente, numa luz interna, bruta ignea, perto das achas de carvão seco ardendo quase em delírio disputando às sombras um pouco do seu domínio e do seu mistério.

Os quadros de Rembrandt de-yem ter nascido assim perto de uma lareira com reflexos de fogo e ao fundo a noite escura.

Nessa noite repetem-se todas as histórias antigas e quando começavam a contar a do capitão que aparecia na fonte de espada arrastando e a cicatriz no rosto já sabia que depois vinha a linda da fada protegendo o pegureiro perdido na montanha e a seguir a do anjo que lavrava a terra enquanto o camponês ia ver a sua prometida.

Lavradores de mãos coriáceas e de operação embrutecido tinham nessa noite uma reserva de ternura, em volta dessa mesa de castanho coberta de linho e de iguarias lembradas com saudade durante meses de apetite contido.

O vinho jorrava, que esse não é preciso comprá-lo aos ladrões da cidade, e depois das histórias uma guitarra, cantava-se um pouco baixo, em sinal de respeito ao dia. Mas a madrugada ia rompendo, o Natal acabava, os camponeses tornavam a ser apenas camponeses trabalhando a gleba para o senhor.

A lareira apagou-se, lá fora há crepes no céu, a neve que ontem fora uma carícia no telhado hoje é uma ofensa, tudo volta ao normal sem capitães de espada, sem fadas nem anjos. Os camponeses voltam a curvar-se para ganhar o caldo e a enxada.

O dia de Natal fora apenas um dia, uma espécie de sonho permitido para que o pesadelo não sufocasse.

O Natal é para os camponeses uma lareira cortando o negrume e uma mesa sem fome cortando a mesa fome perpetua.

Vejo o Castelo de São João Batista, roqueiro, antiga fortaleza na ilha Terceira em pleno mar dos Açores.

Ai passamos o Natal de 1934. Eramos 69 numa caserna para 30, úmida, abaixo do nível do solo, as paredes gotejavam, a luz era fraca, a cela tinha sido comprada por nós já que para o

professor Salazar, nosso embaixador e supremo carcereiro, pertenciamos ao mundo do paganismo anterior à Revolução. Mesmo assim pagozinhos de fazer do comemoramos com uma parca ceta o dia de Natal.

A mesa era grande e como ninguém quis presidir pois mesmo os velhotes gostavam de ser jovens sentamo-nos ao acaso, enquanto os "eleitos" para servir-nos olhavam de soslaio, duvidando, como sempre acontece, do resultado das "urnas".

Na minha frente estava Malva do Vale, o nome poético e de idéias ainda mais poéticas, maldizendo o professor Salazar por ter esquecido os evangelhos.

Alguém caridosamente segredou a Malva do Vale que o ditador nunca esquece e a prova bem evidente era a existência desta fortaleza e destes prisioneiros. Apenas faz-de-conta-que-não-existe. Nós e os evangelhos estávamos exatamente na mesma penosa situação.

Ao lado do velho e incorrigível Malva estava o dr. Ilídio Alves, catedrático da Universidade do Porto, liberal conservador, explicando o significado desta noite com forte erudição e pouco lirismo. Iamos adormecendo. Bento Gonçalves contava um Natal passado na Rússia. Exaltava o Natal russo, o verdadeiro, um Natal linha justa. A sua eloquência ia do Papai Noel aos kolkhoses, passava por Stalin e ficava suspensa na árvore da praça Vermelha.

Não convenceu. Mas como Bento era profundamente sincero ouvimos em silêncio.

A cerimônia foi interrompida por uma sentinela que vinha entregar solenemente, acompanhada de um sargento, uma carta e um embrulho.

A carta era dos católicos da ilha, dessa ilha de estranha beleza que só vimos em bilhetes postais, dizendo que rezavam pela salvação da nossa alma e pediam para fazermos uma "lista de coisas urgentes".

Para eles, políticos e condenados por delito comum não faziam grande diferença e a nossa alma estava certamente em perigo.

O embrulho era dos protestantes, continha uma inevitável Bíblia mas as "coisas urgentes" não em tese mas ao vivo. Foram a nossa sobre-mesa. Vinham ainda umas palavras sibilinas a que estávamos habituados. Eram de solidariedade. Todos, ou quasi todos, vinham dos Estados Unidos. Bento resolveu acabar com o Natal russo e ameaçou-nos com "mais detalhes" no proximo ano. Infelizmente não houve detalhes nem Bento, pois foi levado para o campo de concentração do Tarrafal onde morreu estoicamente.

Do outro lado estava um operário que vivera no Brasil, bom, duro de um sectarismo infantil de uma lealdade perfeita. Era o Militão Beça Ribeiro, falava para nós uma linguagem estranha, um português mesclado de carioca com acento doce. Foi o primeiro a quem ouvi contar as "historias do português", que correm por aqui. Foi

uma delícia e a grande novidade da noite. O professor Ilídio Alves, versado em linguística, além de medicina e física tomava notas e informava-se junto de Militão das estranhas locuções do falar no Brasil. Decididamente o dr. Ilídio era o nosso Topsius.

Falaram nessa noite professores e operários, camponeses e estudantes, letrados e letrados, cristãos, mesmo sem licença prévia do professor de Coimbra, e agnósticos, comunistas e liberais laicos e até um budista de Macau nessa imensa variedade de classes, religiões, doutrinas e esperanças que são as prisões portuguesas.

Lembro-me de um jovem chorar porque perdera a namorada.

Fôra meses atrás mas só nessa noite se lembrou de chorar. Chama-se Carlos, mas todos lhe chamavamos Carlitos. Era acusado de terrorismo, fizera-se enfermeiro do pequeno hospital da Portaleza. Queria "ajudar o próximo". Fôra despedido pelo médico porque desmaiara numa operação. O terrorista não podia ver sangue. Tinha o coração sensível. Foi pouco depois libertado. Passados 4 anos e a perda da bem amada, consideraram que se tratava de um equívoco. Quatro anos e castigo pelo terror que nunca praticara. Ao sair disse para o capitão Paz comandante do for-

PAULO DE CASTRO

te: "Deus guarde a v. exa.". O capitão não compreendeu que Carlitos era da raça dos humildes, queria prendê-lo outra vez, julgando tratar-se de uma pilheria. Não se pode invocar Deus impunemente. Outros falaram da terra, outros dos filhos, houve quem se lembrasse do menino-Deus, mas ninguém ousou recordar-se do Vaticano. Estávamos demasiado mal vestidos e famintos. Soubemos guardar as conveniências.

Lembro-me de André, camponês da Marinha Grande, acusado de constituir um "Soviet". Depois de explicar durante dias de interrogatórios na policia que não sabia o que era um "Soviet" ainda mais uma vez nesta noite de Natal vinha contar a sua história.

Não, verdadeiramente André não sabia o que era um "Soviet". A menos que fosse, cercava resignado, isso da gente jogar a sueca a feijões na taverna e dizer mal da autoridade. Na confusão da greve da Marinha Grande em 1934, a policia prendeu a ésmo. André, o da sueca a feijões, era presidente de um "Soviet".

As candeias já se tinham apagado. A mesa desta ceia de Natal, da nossa Ceia e do nosso Natal, ia ficando deserta. Pensava nesta noite estranha e em homens que acreditavam cada um em seu Deus e alguns mesmo nem acreditavam reuni-

dos para festejar o Natal. Fôra uma comunhão humana, a passagem do transcendente para o humano vivido em plenitude.

Arisquei-me a chegar à janela violando os regulamentos e olhando o mar. A sentinela aproximou-se e ofereceu-me um cigarro. Insistiu, aceitei. Era de Lisboa e tivera já um irmão preso. "Um pouco como toda a gente". Conversou um pouco, quase um rumor: "Hoje não devia haver sentinelas aqui forte. Hoje é dia de Natal". Contou anedotas, misturou religião e amores. Também este era um pagozinho, desterrado no Forte sem Família e sem Revelação talvez apreendida no Palácio de São Bento, por ser contrária à segurança do Estado. Depois olhou o relógio e bradou como se fôra o Acamastor no Cabo Tormentório: "Sentinela alerta!". Do outro lado o Adamastor de serviço respondeu: "Alerta está!". O dia era de Natal mas a sentinela estava alerta, como todos os dias, já que um dia não pode, só por si, mudar o curso do mundo nem tornar os homens melhores.

Querida ainda dizer como foi um Natal na Espanha republicana em plena guerra civil, com voluntários de alguns países, e o padre Cristobal, aragonês educado em terra dos bascos. Este padre Cristobal, a que nos chamavamos apenas, apesar dos seus protestos, "velho Crist" merecia ser lembrado e a sua noite de Natal. Mas por hoje já falei de mais. E o bom no dia de Natal é mesmo não bolir.

O Ano Agrícola de 1955 em Portugal

Por Carlos Cruz

Poderá parecer ao leitor superficial que a nossa luta permanente contra o regime salazarista e a paixão com que a impregnamos nos levá a desejar os maiores insucessos económicos ao povo português, para desse modo criar dificuldades à plutocracia que domina o nosso país. Nada mais errado, pois fazendo nós parte do povo português sabemos bem quão dura lhe é a vida para lhe desejarmos males maiores. Por outro lado, estamos cientes que são as crises que fazem gerar os regimes de força e que estes não poderão resistir ao desafio económico. Foi com certeza a crise de 1929 que consolidou a ditadura implantada em 1926 no nosso país.

Por todas estas razões é com a maior máguia que recebemos notícias das dificuldades do povo português.

Acabou de chegar às nossas mãos o relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal, referente ao ano de 1955, donde tiramos, de fonte insuspeita, dados que demonstram quão desastroso se apresentou esse ano para as actividades agrícolas. Analisando o quadro junto verifica-se que apenas o arroz, feijão, grão de

bico, batatas e azeite tiveram uma produção maior do que a correspondente do ano anterior, mas a diferença está longe de compensar as quebras na produção dos restantes produtos agrícolas.

Segundo o citado relatório "é de esperar que a exportação dos quantitativos excedentes de milho e de arroz venha a reduzir, em certa medida, a pressão sobre a balança comercial da Metrópole, resultante das deficiências nas colheitas de trigo e de centeio, embora por esse fato não podiam ser atenuados os efeitos desastrosos que para algumas regiões do País provieram da baixa extraordinária da produção de trigo".

Com efeito, para um consumo previsto de 408 milhões de litros de milho, há um excedente exportável de cerca de 80 milhões, que, segundo a nossa fonte insuspeita, só poderão sê-lo a um preço inferior aos dos de entrada deste cereal nos celeiros da Federação Nacional dos Produtores. Em Junho deste ano já tinha essa Federação 70.000 toneladas em estoque e contratos firmados para a venda no exterior de 27.000 toneladas. Como se vê, uma operação ruínosa para a economia do País.

Também a produção de arroz, durante o ano de 1955 aumentou em relação à do ano anterior, em cerca de 26%. Este fato poderia levar-nos à conclusão que, se não se pudesse remediar o desastre económico do ano agrícola de 1955, pelo menos na mesa do pobre haveria a possibilidade de substituir o que faltava pelo arroz. Mas o sempre citado relatório disso nos tira a esperança, pois diz: "... a produção de arroz excede a capacidade de absorção pelo consumo interno, nas atuais condições de preço, capacidade avaliada em menos de 100 milhares de toneladas". Por outras palavras, o português produz arroz mas não tem capacidade aquisitiva para aumentar o seu pequeno consumo "per capita" de 12 quilos anual (consumo per capita do Brasil em 1954 - 69 quilos). Mas o governo em vez de subsidiar o arroz para baixar o seu preço de venda e proibir mesmo a sua exportação, para reforçar o valor energético da dieta do nosso povo, prefere exportá-lo para aumentar a sua receita de cambiais, para cumprir à risca as suas obrigações militares internacionais, numa época em que nem a Alemanha, Inglaterra e França as cumprem. Mas isto é outra conversa.

Poderia parecer que o azeite tivesse tido uma produção excepcional, mas não é certo pois a safra de 1955 é grande em comparação com a contra-safra de 1954 mais inferior em 39 por cento à safra de 1953.

Sabendo nós quanto sofre o agricultor português na luta cotidiana com um solo cansado e erodido e com um clima adverso enche-nos de tristeza contatar quanto lhe foi desastroso o ano agrícola de 1955; Mas não foi somente neste sector que as linhas e as entrelinhas do Relatório do Banco de Portugal, mostram quanto foi aziago esse ano. E o que mostraremos no próximo numero.

	Unid.	1954	1955	Variação percentual em relação a 1954
Trigo	T	707.200	394.100	- 47 %
Milho	Kl	550.500	483.600	- 12,6%
Centeio	T	182.500	130.800	- 28,4%
Arroz	T	141.800	179.800	+ 26 %
Aveia	Kl	264.300	150.200	- 43 %
Cevada	Kl	156.700	115.200	- 31 %
Fava	Kl	71.000	55.500	- 28 %
Feijão	Kl	37.400	53.400	+ 56 %
Grão de Bico	Kl	13.300	15.200	+ 10 %
Batata	T	1.000.700	1.033.700	+ 3 %
Vinho	Kl	1.100.700	982.500	- 10 %
Azeite	Kl	46.000	81.300	+ 75 %

Assinem
"Portugal
Democratico"

CARTA ABERTA AO EXMO. SR. PROF. MARCELO CAITANO

pele Prof. Barbosa de Magalhães

Não me dirijo ao Ministro da Presidência e, por isso, não faço uso do formulário oficial, e tão pouco me dirijo ao amigo e, por isso, não emprego o apropriado formulário; dirijo-me ao político e ao sociólogo que há dias fez um longo discurso no Centro de Estudos Políticos Sociais, na sede da União Nacional. Por falta de tempo e de paciência, devido à avançada idade e ao precário estado de saúde, não leio os discursos, conferencias e artigos de propaganda do Estado novo. Espanto que alguém chame a minha atenção para o que seja mais interessante nessa propaganda que é, aliás, um dos melhores índices da cultura portuguesa nos últimos 39 anos. E foi o que aconteceu agora com o discurso de V. Excia., tendo-me sido dito que nele havia uma referência à minha pessoa.

Fui, pois, ler o seu discurso e lá encontrei no passo em que se ocupa do caso dos representantes do Estado nas empresas. Depois de justificar essa representação, diz:

"Muita gente julga que tais lugares são simples sinecures regamente remuneradas. Pode ser que ainda haja por aí algum caso de pouco trabalho e pouca responsabilidade. Mas em geral não é assim. Nem o trabalho é tão pouco, nem a paga é tão grande. E está para breve a publicação de um diploma legislativo que ainda virá tornar mais efetiva a acção desses zeladores do patrimonio e do interesse publicos, e permitirá moderar os casos que careçam de moderação".

Como está "no segredo dos Deuses", porque se não é Deus, pois Deus há um só, pertence à corte celestial, V. Excia. anunciou assim a publicação de um importante diploma, que ainda cabe dentro dos trinta anos de cultura e de moralidade política. O que é de admirar é que nesse período ainda houvesse casos de imoderação.

Defende, a seguir, V. Excia. a acção da actual situação política quanto à escolha desses representantes do Estado, administradores por parte do Governo e delegados do Governo, a qual, segundo parece, tem sido criticada por alguns facciosos adversários políticos que maisnam todos os atos e intenções dos governantes.

E diz então V. Excia.: *"A este respeito já tenho visto fazer comparações com o que se passava em Portugal antes de 1926 para gabar a sobriedade de então. Mas trata-se de pessoas que falam de cor. Antes de 1926 a intervenção do Estado na economia não tinha comparação possível com o que é hoje. O Estado possuía apenas posição nos bancos emissores e na C.P."*

Neste ponto V. Excia. falou de cor; esqueceu-se de que pelo art. 179 do Cód. Com., as sociedades anónimas que explorarem concessões feitas pelo Estado ou por qualquer corporação administrativa, ou tiverem constituído em seu favor qualquer privilégio ou exclusivo, poderão ser também fiscalizadas por agentes do governo ou da respectiva corporação administrativa.

Por esta sucinta exposição se vê que sempre tem havido muitos e cada vez mais comissários ou delegados do governo, estando continuamente a ser feitas novas nomeações. Mas o que interessa aqui é saber que já nos tempos anteriores ao Estado Novo havia muitos desses funcionários e administradores, não sendo, pois, exata a afirmação de que o Estado possuía apenas posição nos bancos emissores e na C.P.

E nem V. Excia. pode dizer que na expressão — possuía posição — se queria referir apenas aos administradores por parte do governo, porque a regular se refere também a delegados do governo e até a engenheiros consultores. Mas, para bem se apreciar o quanto a influência da política se faz sentir no provimento desses cargos, há que estabelecer, em relação a uma certa época, a proporção entre o numero dos cargos e o numero dos políticos que os ocupam e verificar o motivo ou motivos por que foram eleitos e nomeados para esses cargos.

V. Excia. não teve tempo para estabelecer proporções, nem fazer concretizações mas em compensação, o seu entusiasmo foi tão grande e excessivo que o levou a mencionar nomes de "políticos do parlamentarismo republicano" (para excluir os políticos do actual parlamentarismo monárquico) que se encontravam nos Conselhos de Administração de sociedades anónimas em 1926, dando a indicar que essas pessoas tinham alcançado esses lugares por influência política, devendo assim enfileirar-se na categoria dos que atualmente são designados pela pitoresca denominação de — tubarões. É certo que frequentemente nos jornais, em discursos e até na Assembleia Nacional, se têm feito referências, críticas e anedotas relativamente a essa espécie de seres humanos, mas não me lembra que tenham sido mencionados nomes. Creio mesmo que, ou por delicadeza ou por força da acção da censura, o não têm sido. Mencionou agora V. Excia. alguns nomes de pretensos tubarões de antigos mares e delix-me dizer-lhe que não foi feliz nessa parte, como nas outras do seu discurso. Deve ter-se logo arrendido de o ter feito principalmente atendendo a que mencionava esses nomes sem verificar, ou sem atender à situação das diversas pessoas a que se referia, quer dizer, às circunstâncias que as levaram a ocupar cargos nos Conselhos de Administração de empresas particulares. Este seu proceder afligiu-me pela injustiça havida, não só para comigo, como também pela que possivelmente atinja algumas outras das pessoas referidas.

Por minha parte, presando a minha vida política, sempre coerente, sempre sincera e sempre desinteressada, não quero deixar passar sem o meu protesto e sem a minha verdade a insinuação que V. Excia. fez sobre o meu passado político. Embora outros entendam que não vale a pena o incomodo, eu entendo que não posso, nem devo deixar de varrer a minha testada. E, por isso, me dirijo a V. Excia., lastimando que, levado pelo seu facciosismo político, tenha feito afirmações menos pensadas e menos justas.

Além dessas comissões e congressos, em que sempre procurei honrar o nome de Portugal e defender os seus interesses, foi-me confiada em 1919 uma missão de grande importância — a da Delegação de Portugal na arbitragem com a Alemanha para a fixação das indenizações por ela devidas pelos prejuizos causados ao Estado português e aos cidadãos portugueses antes da declaração de guerra, isto é, de 1914 a 1916. Nesta qualidade prestei serviço, antes de começar a funcionar o Tribunal Arbitral, na Delegação Portuguesa à Conferência da Paz, durante parte do ano de 1920 em Paris, e cá, desde então até o fim dos trabalhos de arbitragem, na Comissão Executiva da Conferência da Paz, que funcionou no Ministério dos Negócios

Estrangeiros, tendo havido inquirição de testemunhas em Lisboa, Paris e Berlim, e três audiências de discussão e julgamento na Suíça. Nesse processo, cujos trabalhos duraram 10 anos, foram proferidas três decisões — uma a fixar o âmbito da arbitragem, outra a declarar a Alemanha responsável pelas agressões à soberania portuguesa em África e pelos prejuizos causados nos bens do Estado e de cidadãos portugueses no mar, na Bélgica e no norte da França, e outra fixando a importância a pagar pela Alemanha a Portugal na importância de 48.226.468,20 marcos ouro. Devo dizer que, logo depois de 28 de Maio, apresentei no Ministério dos Negócios Estrangeiros requerimento a pedir a minha demissão dessa comissão de serviço publico.

O então Ministro dos Negócios Estrangeiros, General Camões, deu ordem para mandar lavar o respectivo diploma ao Chefe da Repartição, o Ministro plenipotenciário Francisco Calheiros, que lembrou ao Ministro ser conveniente não reprecipitar, pois poderia ter eficiência na minha substituição. O Ministro concordou, mas, como mesmo depois de 28 de Maio também tem havido instabilidade ministerial, não chegou a decidir. Sucedeu-lhe o Dr. Bettencourt Rodrigues, que, segundo me constou, se dirigiu a duas ou três pessoas a pedir para aceitarem o cargo. Como elas não aceitassem, pediu-me instantemente, invocando os interesses do Estado, para continuar no exercício da missão, ao que anuí. Por ele não recebi senão a importância das despesas de viagem e das ajudas de custo durante as minhas estadias no estrangeiro; e, embora muitas pessoas me aconselhassem a apresentar conta de honorários, não a apresentei e nunca nisso pensei, pois me considerava bem pago com a satisfação de ter prestado esse serviço ao País. Certo é que o Ministério dos Estrangeiros, à frente do qual, depois de proferida a decisão final já se não encontrava o Dr. Bettencourt Rodrigues, nem me comunicou, nem me enviou um simples officio de agradecimento. Mas o Dr. Bettencourt Rodrigues, mais tarde no seu livro — *Vinte e oito meses no Ministério dos Negócios Estrangeiros*, escreveu estas palavras:

"Por portaria de 25 de julho de 1919, sendo Ministro dos Negócios Estrangeiros o sr. Melo Barreto, fora nomeado representante dos interesses portugueses junto do árbitro aclima indicado o sr. Barbosa de Magalhães, que, por compreensíveis escrúpulos de natureza politica, veio pedir-me a sua demissão do cargo. Não a aceitei, com ele insistindo para que se mantivesse no posto onde tinha sido colocado, não como membro em evidência de um partido politico, mas como um

português, patriota, ao serviço da Nação e da República. Cedendo a estas razões, continuou o Dr. Barbosa de Magalhães no desempenho de uma missão que até ao fim cumpriu com um zelo e inteligência bem digna de todos os louvores".

Restá-me dizer que a actual situação política deixou que esse meu serviço ficasse sem efeito, pois não soube evitar os embaraços opostos ao cumprimento dessa decisão, de que resultou que a Alemanha nada pagou a Portugal.

Mas quem foi castigado fui eu, que, tendo criticado na minha revista, *Jurídica Gazeta da Relação de Lisboa* a lei que aprova a concordata com a Santa Sé e a discussão (?) que sobre ela houve na Assembleia Nacional, dei azo a que o sr. Salazar, tendo "pacientemente aguardado que a massa de factos politico, jurídicos, económicos, sociais, constitutivos do que se tem chamado a Revolução Nacional, pudesse vir a ser objectivamente considerada pelo professor Barbosa de Magalhães e que o mesmo professor pudesse vir a ter plena consciência da sua responsabilidade de mestre numa Faculdade universitária e de diretor de uma revista, que pretende apresentar-se como revista de direito", e dizendo ter havido decisão do conselho de ministros, me considerou abrangido no art. 1.º do dec. 25.317, por força do qual fui aposentado daquele cargo, passando a receber ao fim de 27 anos de serviço, uma pensão que, com os generosos aumentos que desde então têm sido dados, é da avulada importância de Escudos 3.386\$00.

E não contente com isto o sr. Salazar applicou-me uma mais grave pena; deu ordem à censura para suspender indefinidamente aquela revista que pretendia apresentar-se como sendo de direito, despojando-me assim do unico bem material que recebi de meu País, cuja notavel obra nessa Revista, fiquei, com intensa mágoa, impedido de continuar. Estas medidas draconianas, com que a actual situação me honrou, deram ensejo a que recebesse muitas manifestações de pesar e de simpatia, e dentre ellas, a de V. Excia., que, além de ter ido ao meu escritorio, subscreveu, como vogal do Conselho de redação de *O Direito*, algumas palavras sobre a suspensão da *Gazeta*.

Estou certo de que essas suas manifestações foram sinceras, como o estou de que V. Excia. não quiz atingir-me com a referência à minha pessoa no seu discurso, não tendo no seu ardor politico, que lhe faz perder a serenidade podido ver que me magoava.

E, por isto, não desejo pedir-lhe qualquer explicação; o meu intuito é, repido, varrer a minha testada, apresentando-lhe esta queixa; e muito estimarei

que ela contribua para diminuir o seu facciosismo por forma a não se exceder nos seus discursos, conferencias e entrevistas de propaganda politica.

Até aqui dirigi-me a V. Excia. como politico; agora passo a dirigir-me ao sociólogo, pois que, como tal, V. Excia. após varias considerações, fez uma afirmação que atinge os seus professores da Universidade.

Diz V. Excia. que se sente entre dois fogos — o do espirito liberal e o do espirito socialista; quer a iniciativa privada, mas também não dispensa a iniciativa do Estado; mas, ao passo que, dirigindo-se indirectamente aos liberais, se queixa de que eles não lhe agradecem a defesa que tem feito "daquilo que exprime o respeito da personalidade e, portanto, da liberdade humana, nos principios da propriedade privada, da livre iniciativa e do justo lucro", queixa-se dos socialistas, por considerarem "deficiente o que alcançamos em beneficio da coletividade, uma vez que se mantem os principios que eles odeiam".

V. Excia. fala no plural, parecendo que fala não só em seu nome, mas também em nome do governo; mas eu, que sou socialista desde que na aula de finanças na Faculdade de Direito de Coimbra, em 1897, sustentei perante o prof. Assis Teixeira, que o Estado deve ser proprietário, industrial e "capitalista, falo-lhe em meu nome, e não em nome de todos os socialistas, designação esta em que segundo parece, envolve o simples socialismo, digamos assim, e o socialismo comunista.

V. Excia. engana-se pensando que eu, que como disse, sou simples socialista, não aprecio devidamente tudo o que se tem feito para chegarmos ao socialismo.

Eu sou do tempo em que era quase revolucionário reclamando as 8 horas de trabalho, o horário de trabalho, o descanso dominical, a lei sobre os acidentes do trabalho e outras providencias sociais.

Quando, logo depois da implantação da Republica, se discutiu a projecto daquela lei apresentada pelo dr. Estevão de Vasconcelos, os liberais opuseram-se a ela tenazmente, dizendo que a industria não podia suportar os encargos que essa lei lhe impunha.

Vê-se quanta razão eles tinham...; mas, felizmente, as suas lamurias e a sua propaganda não impediram que esse projecto fosse aprovado, constituindo um dos maiores beneficeios logo feitos pela Republica aos trabalhadores.

Eu concordo, pois, de uma maneira geral, com a acção governamental em tanto quanto ela vai praticando socialismo, umas vezes sem querer, e outras sem o sentir; e não sou nem dos que odeiam os princ.

(Conclui na 6.a pag.)



EXPRESSO Ring

Transportes ultra rapido de encomendas, bagagens, etc.

DOMICILIO A DOMICILIO

SÃO PAULO: Rua Joaquim Carlos N.º 1175 Fones - Esc. 9-9988 - Exped. 9-7444

RIO DE JANEIRO: R. Barão de S. Felix, 94 - L/4 Telephone: 43-7751

O TARRAFAL POR QUEM LÁ ESTÊVE

por DORIA MENDES

CONTINUAÇÃO



"Portugal Democrático" continua hoje a publicação da série de artigos de Doria Mendes, sobre o tão oportunamente extinto Campo de Concentração do Tarrafal. Oportunamente, esclareça-se, não como medida de humanidade, mas no interesse da preservação do próprio fascismo português que seja reconhecida a sua inteligência, resolveu transferi-lo para o planalto do Bié, quando a difícil soletração de TARRAFAL ameaçava transformar-se num escândalo internacional. Neste número, Doria Mendes dá prosseguimento ao levantamento sistemático das atrocidades cometidas durante a sua forçada estadia no famigerado Campo.

E não o meu amigo já se vai convencendo de que nem tudo quanto luz é ouro... Fois isso aconteceu com o brilho que irradiava para o exterior, da obra de Salazar, cantada a peso de ouro. Veja, — para mentir é preciso pagar-se bem. — Para dizer a verdade, é tudo mais simples... Portanto vá continuando a ouvir o que foi o Tarrafal.

O CAPITÃO JOÃO DA SILVA

O capitão João da Silva foi o protótipo do jesuíta, cínico, um branco de alma negra; foi o director que tinha ali naquela encruzilhada do mundo um encontro combinado com a malvades; foi o intermediário entre o Cromos português e a morte. Foi o nazista que durante dois anos mais atormentou e vexou o físico e a dignidade de duas centenas de homens isolados do mundo... homens que o João da Silva, com toda a sua malícia, nunca conseguiu verzar. Os presos quebravam-se... mas não se torciam! E quando algum se quebrava... era mais uma cruz de pedra erguida lá no cantinho isolado do cemitério do Tarrafal. E lá estão ainda hoje a atestar a posteridade os que tombaram, por um ideal, vítimas da sanha feroz desse capitão que, durante o seu biénio negro, não conseguiu comprar, por preço algum, a alma daqueles que não se vendem nem se deixam ir pela rampa inclinada da propaganda salazarista-fascista, a qual, desde 1926, tragicamente, domina o povo que trabalha, luta e sofre em Portugal.

O João da Silva não limitou a sua nefasta e jesuítica acção em procurar dividir os presos, pô-los em lutas uns contra os outros — o que apenas conseguiu com meia dúzia de desgraçados, sem ideais nem personalidade, que para ali foram enviados só com esse fim. Foi mais longe: foi o cabo de guerra que manteve a "frigideira" sempre bem cheia. Foi o criador da célebre e mortífera "Brigada Brava". Foi o capitão ordenador dos espancamentos sistemáticos aos presos indefesos. Foi o Director que transformou o inferno do Tarrafal no Campo da morte amarela. Foi o fantasma que, de braço dado com o seu camarada doutor, transformou o campo numa verdadeira aldeia de mortos em pé. Foi o hitlerófilo que, animado com os primeiros e fáceis triunfos sangrentos do exército nazista, nos ameaçava que, quando as centúrias hitlerianas chegassem ali à África, ele, o Silva, ao serviço duma potência estrangeira e movido por ideologias fratrióidas, faria desaparecer a ala que circundava o campo, enterrando-nos lá dentro...! E

só não o fez... porque os amos nazistas não conseguiram chegar até lá...

Por isso então os dias no campo de concentração de Tarrafal decorriam agitados. Durante os meses de Agosto a Dezembro — estávamos no ano de 1940 — os meses denominados o "período agudo" pela enorme quantidade de mosquitos anofelis gerados nos pantanos que as águas das chuvas criavam — as febres faziam enormes baixas entre os presos ali abandonados, com uma péssima alimentação à base de 500 calorias avitaminadas e sem medicamentos de espécie alguma, além das miseráveis vinte grammas de sulfato de sódio que, depois de muito e muito mergulhar o pensamento nos alfarábios, o galeno receitava.

Se os mosquitos, transmissores da malária, não davam tréguas, os guardas brancos, comandados pelo João da Silva e importados do continente como espécies raras, recrutados entre a escumalha da miséria humana mais decadente e depravada, não ficavam atrás. Os mosquitos perseguiram-nos de noite, com o ferrão... os guardas brancos atormentavam-nos de noite e de dia com o cavalo marinho. Aquela duvidosa espécie de homens superava, em maldade, os anofelis.

E foi assim durante longos e negros anos.

Seis horas da manhã. Silêncio no campo. Um guarda ergue um ferro e faz soar estridentemente um pedaço de carril dependurado dum arame, à entrada do portão. Era o sinal de levantar. Só ficavam deitados os muito doentes e que para isso estavam autorizados pelo médico. Todos os demais até às 6 e meia tinham de se levantar, lavarem-se, arrumar cada um a sua cama e tomar uma bebida a que davam o nome de café. As 6 e meia novo toque de trilha. Era o toque para a formação. Os presos formavam em duas longas filas, para o que tinham dois minutos. E aí daquele que se atrazasse... Formávamos calçados com grossas botas cardadas, calça e casaco de caqui amarelo, e de chapéu de palha de largas abas. Na forma era exigido silêncio. E ninguém podia fumar. Então entrava o chefe dos guardas, o célebre Salgas, ex-guarda pessoal do velho Carmona, muito importante na sua encadernação de chefe fumando sempre... um latagão de dois metros de altura, com mais força que um boi.

— Bom dia — dizia ao entrar como sinal para, automaticamente, todos levarmos a mão ao

chapéu e em coro, respondermos: — Bom dia Senhor Salgas. — Então corria os olhos de ponta a ponta da dupla fila e o carcereiro voltava a falar incisivo: — "Brigada Brava" —. Os presos escalados para a Brigada Brava saíam da forma e formavam diante do Salgas. Um guarda indicado para nos vigiar e atormentar encabeçava o pelotão. Este, armado de carros de mão, pás picaretas e enxadadas, lá seguia seu destino para, durante 4 horas ao sol, ao vento, suando e alguns dos seus componentes muitas vezes com 38 e 40 graus de febre, andarem fazendo covas e tapando covas. Era um trabalho que a ninguém aproveitava, mas comprazia a maldade do director. O guarda, sempre vigilante, tinha ordena para não deixar descansar, sobre pretexto algum, nenhum dos presos.

— Dá licença de fumar senhor guarda...? — pedis algum preso.

— Agora não pode... — respondia o unjo da guarda de dente arranhado e olhar turvo, pistoleira a cinta e vergalho na mão.

— Possa urinar senhor guarda...?

— Agora não pode... — e, assim, sempre. Só lá quando ao vigilante patriota apetecia é que o bicho bradava: — Alto... podem urinar... — e aí desse que não urinasse... o guarda zangava-se. Vezes houve em que alguns dos presos que andava a trabalhar com febre, ao ser-lhe dada a ordem para urinar — como se essa e outras necessidades se pudessem fazer por ordem da vontade dum estranho — urinava sansue... Era a biliosa declarada... Era o segundo passo a caminho do cemitério do Tarrafal.

— Senhor guarda... — dizia o camarada preso com um rictus amargo — estou a urinar sangue...

— Deixe cá vér... e ia-se certificar. Após o exame lá consentia que o preso regressasse ao acampamento. E abalava sozinho! Se algum alguma vez pudesse sentir a tragédia desencadeada dentro do cérebro de um desses homens e a tempestade de maus presságios que o sacudiam ao marchar, só, tremendo de febre e já com prenúncios de morte, lúcido, longe da pátria que ele amava, distante da família, muitas vezes ao desamparo, e dos amigos... se alguém pudesse sentir ao de leve que fosse essa dor... mas... a maioria dos homens, actualmente, não está afinada ao ponto de poder sentir as vibrações da dor almeia... E é pena...!

Era assim a Brigada Brava, um meio de matar homens sob as ardências da plaga, sob o chicote e o sarcasmo do carcereiro.

Após a saída dos rapazes da Brigada Brava o Salgas voltava a gritar:

— Pedreiras... — E lá iam os presos, sempre acompanhados do carrasco, a caminho da pedreira. Ali se levavam outras 4 ho-

ras arrancando, a poder de muito suor, pedra negra das entra-nhas da terra para depois ser, por outros presos, carregada em vagonas para amuralhar a vala e fazer muro à volta da horta. Os restantes presos, iam, aos grupos, para a Oficina de Automóveis, serralheria, carpintaria, sapataria, alfaiataria, costura, rachar lenha, para a horta e para a água. Se na forma restavam alguns presos no momento sem ocupação, dava-se-lhes uma enxada a cada um e iam capinar o campo. O que era obrigatório, para o preso político, era trabalhar... ou melhor, fossar, fossar ao sol e sem remuneração alguma. As dez e meia tocava de novo o fatídico carril e os presos, suados e sujeitos de pó lá marchavam a caminho do acampamento para o almoço. Este era invariavelmen-

te feijoca um pedaço de carne e o arroz tirado do fundo do mar que o económico João da Silva comprava, em leilão, quando o paquete Lourenço Marques encalhara à entrada do porto da vila e para sair, foi preciso deitar se parte da carga ao mar. Muita gente b'ia não acreditava que esta história do arroz fosse verdadeira, mas nós que o tínhamos de comer todos os dias, e durante cerca de dois anos, e que sabíamos o gosto que o fad' tinha... Todo o sacco de arroz que foi levado para o armazém era um bloco de pedra que, para ser desfeto, tinha de ser a martelo. Só esse tenho pena é de não haver feito comer aquele arroz ao director e ao médico. E eles haviam de comê-lo, nem que fosse pelos olhos, já que distam que era bom...

Justiça Salazarista

De ANHEMBI, revista de cultura publicada em São Paulo, transcrevemos do n.º 74 (Janeiro de 1957) o seguinte artigo:

ENTRE as muitas misérias do regime fascista que humilha e infelicitiza Portugal, há a completa corrupção da justiça, recentemente consumada — se consumação faltasse — por um decreto datado de 12 de março de 1956. Determina esse decreto — unico nos annos judiciais internacionais — que qualquer cidadão, mesmo quando absolvido pelos tribunais ordinarios, pode ser objecto de "medidas de segurança" e roubado ao convívio da sociedade se as autoridades decidirem que participou, ainda que inconscientemente, de um movimento considerado de natureza subversiva. Contra tais "medidas de segurança" não cabem recursos legais nem apelação, estando o país portanto à merce da policia politica, e a justiça admitindo que conservasse um resto de independencia e dignidade, ao cabo de tantos anos de brutalidade totalitaria, agora inteiramente desmoralizada e impotente para impedir ou sequer limitar os piores abusos e as mais odiosas perseguições contra os adversarios do salazarismo.

No ultimo dia 19 de dezembro foi julgado, na cidade do Porto, o dr. Oscar Lopez, acusado, juntamente com outros 51 pessoas de actividades subversivas. O dr. Oscar Lopez, autor de uma Historia da Literatura em Portugal, de "As Conferencias do Casino" e "Parnasianos e Simbolistas", é justamente considerado um dos criticos mais lucidos das letras portuguezas e, como todos os espiritos independentes, viu a sua liberdade ameaçada pela opressão ditatorial de Salazar. No momento de ir este numero de Anhembi para o prelo (meados de dezembro) não tínhamos ainda noticia do resultado do julgamento. Este, porém, considerando o decreto de 12 de março, não pode ter passado de uma farça grotesca. Sujeitos a "medidas de segurança", ditadas apenas pelos caprichos e pela intolerancia do tirano, estão sempre os acusados, absolvidos ou não, em perigo de serem recolhidos aos carcerees, em nome da estabilidade de um regime que envergonha a nação portugueza e todos os homens livres do mundo".

LIVRARIA EDITORA

GERMINAL

AVENIDA 13 DE MAIO, 23 — SALA 922

Caixa Postal 142 - Agencia da Lapa: Fone 52-1001

RIO DE JANEIRO

ESPECIALIZADA NA VENDA DE LIVROS POLITICOS PROIBIDOS EM PORTUGAL

Carta Aberta ao Exmo. . . .

(Conclusão da pagina 4)

pios liberais, embora lhes ponha grandes limitações sob o ponto de vista económico, nem dos que querem a luta de classes.

A luta de classes não é querida, mas é provocada por aqueles que querem uma classe a dominar a outra, que deve manter-se quieta, socegada e agradecer o que aquela por caridade, generosamente, lhe queira dar.

É muito interessante que, em Portugal os sequazes desta democracia anti-partidária e anti-popular em que vivemos, falem depreciativamente de socialismo não-comunista, que frequentemente e, por vezes, propositalmente, confundem com o socialismo-comunista, quando ele está atualmente à frente dos destinos, não só de alguns países do Norte da Europa, mas também, da França, onde o governo é presidido por um socialista e constituído em parte por socialistas, e da Inglaterra, onde o partido trabalhista, que tem todas as probabilidades de voltar em breve ao governo, ainda agora teve uma influência importantíssima na questão do Canal de Suez.

V. Exa. é por um capitalismo moderado, sentindo, no entanto, que a posição "neste ponto, não se apresenta nada cómoda". Mas qual é a posição cómoda em matéria económica?

Em matéria política, sei qual é: é a dos que estão com o governo; mas em matéria económica é... a desses mesmos e a dos que não têm que economizar.

Mas, continuando a apreciar as suas opiniões em matéria económica, apraz-me estar de acordo consigo quando se refere ao cooperativismo que, efetivamente, não é uma panaceia, mas também o não é o corporativismo, como V. Exa. reconhece, e, todavia, V. Exa. é ardente partidário desse corporativismo, que considera uma fórmula orgânica e um espírito.

E nesta altura pensei encontrar o conceito do espírito corporativo, que os economistas da Assembleia Nacional não foram capazes de definir, como o mostra o Dr. Antonio Sérgio no fascículo 2.º, da sua interessante e excelente Antologia sociológica.

Mas, afinal, V. Exa. define o espírito corporativo como sendo "o espírito de justiça, de paz social nas relações entre classes, o espírito da função social posta acima dos egoísmos particulares".

Se assim é, eu tenho espírito corporativo, sem ser corporativista.

E, a não ser os liberais cem por cento, todos o têm ou podem ter, até mesmo os comunistas.

Ora, se ainda não se sabe o que é o espírito corporativo, como é que se pode dizer que "a organização corporativa tem

nos seus 20 e poucos anos de existência, prestado notabilíssimos e utilíssimos serviços ao País (que o digam os consumidores...) e aos que por ela estão abrangidos (os que têm estado empregados nos grêmios, nas federações e em outras entidades, que fazem parte da organização corporativa)?

E' pena que V. Exa. não tenha dado informações sobre a experiência do corporativismo, em tantos países que o têm seguido, ou seguem.

Se entre nós, sem estar devidamente organizado, já produziu tão excelentes e belos resultados, quanto há a esperar quando estiverem em pé as corporações, que foram criadas agora e que ainda estão sem poderem dar um passo?!

E' de crer que Portugal, que descobriu novos mundos ao mundo, val dar um admirável exemplo, que acabará com todas as demais organizações económicas do nosso planeta.

Na parte final do seu discurso V. Exa diz que a sua geração, "ao passar pela Universidade (1921 a 1926), encontrou-se perante um vazio que a confrangia e revoltava", e que "esse vazio vinha da falta de sentido de missão coletiva, de ausência de um ideal nacional".

Tendo sido seu professor na Universidade, como o foram tantos homens eminentes, quer no professorado, quer na política, quer em outros ramos da atividade social, sinto deveras que nós, os seus professores universitários, o tivéssemos confrangido e revoltado (revoltado V. Exa., que sempre foi um amigo da Ordem), não lhe tendo manifestado e incutido nem um sentido de missão coletiva, nem um ideal nacional.

Pelo visto, foi preciso que V. Exa. entrasse para a Faculdade para nela preencher o tal vazio. Honra lhe seja!

E aqui não lhe falo apenas em meu desagravo, mas também para desafrontar os nossos outros Colegas. Infelizmente já falecidos uns e vivos ainda alguns outros, os quais, escusado seria dizê-lo, honram a Faculdade, a Universidade e o País.

Termino, comunicando-lhe que vou mandar cópia desta carta para alguns jornais, esperando que a censura, sem ordem sua, ou com ela, não faça o mais pequeno corte a esta resposta, que com todo o direito, dou às referências que no seu discurso me fez.

E creia-me, sans rancune, e antes com velha amizade,

de V. Exa. seu col. att. e af.

— (a) Barbosa de Magalhães.

Lisboa, 25 de outubro de 1956.

Esta carta foi enviada em 25 de outubro de 1956 ao Prof. Marcelo Caetano, que dela não acusou a recepção, e a alguns jornais de Lisboa e Porto, pedindo a sua publicação, que a Censura não autorizou, com o pretexto de não ter sido enviado o Prof. Barbosa de Magalhães.

LUCIO FETEIRA

Um dos portugueses que conquistou posição de alto relevo no meio industrial luso-brasileiro é Lucio Feteira.

A ele se deve a introdução (ainda no Brasil como em Portugal) da fabricação mecânica de vidro plano, que é um dos marcos da independência económica em qualquer país. Bastava esta credencial para o acreditar entre quantos trabalhavam pela realidade, progresso e engrandecimento da comunidade de nações onde todos nos empunhamos e que o tratado de amizade e consulta esboçou mas ainda não pode concretizar.

Não é somente o empreendedor ousado e lidador incansável da grande indústria que lhe dá direito a homenagens, pois tanta gente existe nesse campo que não merece o mais pequeno gesto de cortesia, antes pelo contrario.

Lucio Feteira, é, acima de tudo um espírito desempoeirado e profundamente liberal e esses predicados sim, fazem jus a este abraço de parabens que Portugal Democratico lhe envia, pelo seu recente aniversário que ocorreu no dia 21 de dezembro ultimo.

UM VENCIDO

(Por Maria Archer)

A sondagem sociologica que estou fazendo entre os portugueses da pauliceia colocou-me em face de organizações beneficentes, culturais, desportivas, etc., prosperas e respeitadas, e tambem perante triumphadores do drama da emigração. Contudo sabe-se que nem sempre o português, no Brasil, amealha fortuna e que abundam aqui os vencidos e os desajustados. Ora o acaso trouxe à minha presença, ontem, o cobrador duma associação paulista.

Um português de sessenta anos, mal vestido, descuidado na barba e no cabelo, a exalar pobreza por todos os poros.

Traço aqui, numa síntese sinopada, a longa historia que me contou:

— Eu trabalhava no campo. ISTO DE cavar, semear, andar com os bois, não é o mesmo que officio... E em 1915, quando Portugal esteve em guerra com os alemães, mandaram-me para a França. Ora eu já tinha dois anos de soldado e passei tambem dois anos em França. Um rapaz, depois dessa vida, não se ajeita outra vez na aldeia. ALEM disse eu tenho o ombro direito e o braço atravessados das balas. Cada puxão da enxada até me separava a carne dos ossos.

Pois fui para LISBOA trabalhar num armazem de secos e molhados. Todo o dia a carregar caixotes e a moer os braços, a ouvir censuras... Uma vez respondi e despediram-me.

A senhora sabe como é Lisboa para quem procura trabalho... UM deserto... Até os amigos nos fecham a porta... Eu não aguentava carretos e não tinha officio certo... Limpei automoveis, trabalhei no conserto de ruas, engraxei calçado... Não comia todos os dias e nem sempre tinha onde dormir. Os salarios eram de miséria e havia uma tão grande oferta de braços que os patrões, por qualquer ninharia, punham um homem na rua, seguros de que lhes apareceriam quarenta para o substituir.

FOI por isso que vim para o Brasil. Ia nos trinta anos, queria casar, assentar, governar-me, ter filhos, viver socegado. Tinha-me dito que, no Brasil, se ganhava para as despesas e se juntava dinheiro...

O meu primeiro trabalho, em São Paulo, foi de ajudante de pedreiro. O dr. Ricardo Severo fez-me o grande favor dessa oportunidade... Deus lhe pague... Era para demolir... Nessa época deitavam-se abaixo quarteirões inteiros, em São Paulo, para abrir as novas ruas... São Paulo, nesse tempo, era ainda como uma cidade da provincia. Nem a reconheço, agora...

Ganhava o preciso para ir vivendo mas não amealhava. Ora a gente não vem ao Brasil para ficar como está... A gente vem ao Brasil para enriquecer... E, naquele tempo, era com a ideia de enriquecer que se matavam saudades, porque se transferiam as economias para Portugal, comprava-se terras na aldeia, fazia-se uma casa de aparato, e um dia regressava-se à familia com um filho mulato, um papagaio, a fala carregada de brasileirismos, às vezes as febreas, mas com fortuna para o resto da vida.

Enchi-me de coragem e voltei a falar com o dr. Ricardo Severo, pedi-lhe que me desse avanço, para receber uma paga melhorada. Respondeu-me que eu tinha falta de pratica e que havia muitos, na obra, mais competentes do que eu, e mais antigos, com mais direitos... Mas era bondoso e perguntou-me:

— Que é que tu sabes fazer? Olha, se sabes de jardineiro, apresenta-te na casa do dr. Anselmo.

Eu não sabia nada de nada

de jardinagem, mas pareceu-me que quem percebe de horta é capaz de tratar de um jardim. Como se estava num sábado aproveitei a manhã de domingo para dar uma grande volta, nas abas da cidade, onde ha residencias ajardinadas. Vi como se talhavam os relvados, como se armavam os canteiros, e quais as flores preferidas, e o arranjo geral... Pela hora do almoço fui a casa do dr. Anselmo e pronto, fiquei lá como jardineiro. Fazia tambem as compras, lavava o automovel, e tratava do Jardim. Tinha salario, comida, quarto na garage. Comecei então a fazer economias. Uns meses depois casei-me com a cosinheira. Ela tambem tinha alguma coisa de seu, e oiros, boas roupas... Ao fim de um ano, os dois a economizar, já se podia começar uma vida qualquer com o nosso capital.

Ora toda gente sabe que aqui, no Brasil, para ganhar dinheiro grosso tem que se vender alguma coisa. Eu pensava em vender alguma coisa... A noite, no bar, encontrava-me com um português e conversavamos do que se podia fazer, no Brasil, para se enriquecer... Até que nos combinamos, de sociedade, e montamos uma venda de frutas. Vendia-se tudo, estavamos com uma sorte danada... O dinheiro enchia-me os bolsos e eu ia, de manhã, depositar no Banco a parte que me competia e à minha mulher. O futuro apparecia-me risonho... Já me sonhava como de um bar, com muitos empregados a meu serviço, a mulher na cosinha, eu na Caixa, o Costa ao balcão. Uns três anos mais ali na venda, e poderíamos comprar o bar...

A minha mulher é que questionava comigo porque não queria o nosso dinheiro no Banco. Desconfiava dos Bancos. Arranjara um esconderijo debaixo do soalho e uma caixa de ferro, por causa dos ratos, e o seu gosto seria guardar o dinheiro em casa. Mas eu olhava ao lucro dos juros e desconfiava das letras, das hipotecas, dos recibos, que dão dores de cabeça a quem empresta a juros. Preferi os cofres fortes dos Bancos, os juros certos no fim do ano. Pois o Banco estourou, falliu, e, do dia para a noite, eu e ela ficamos sem nada! O meu desespero era de matar e matar-me mas a minha mulher ainda se virou contra mim. Questionamos, ela deitou-me as culpas da nossa desgraça, e eu fui bruto, confesso... É claro, ela fugiu-me, voltou ao officio de cosinheira e à casa do dr. Anselmo. Não me conformei e esperei-a, de manhã, na hora da saída às compras. Fiz-lhe vér que ambos, juntos, com a ajuda de amigos, podíamos recompor a vida, continuar com o negocio. O Costa dispunha-se a financiar-nos... Pensamos de novo com a mesma questão, ela disse-me o diabo... e... quando me virou as costas... perdi a cabeça. Percebe? Por pouco não a matei. Uma sanguieira...

Fugi é logico. Intenei-me pelo Estado e trabalhei onde calhava, sobretudo nas fazendas do café. Sempre alerta, inquieto, inseguro, sem poder apresentar documentos, dando nomes falsos... Só uns anos depois, e por acaso tive noticias de que ela estava viva. Então socreei

e voltei a São Paulo. Rodeei a casa do dr. Anselmo, de noite, a ver se a via ou se lhe ouvia a voz. E nada... Dei conversa às empregadas e percebi que não sabiam dela. Não me atrevi a enfrentar o dr. Anselmo.

Procurei um trabalho nos bondes, de cobrador, a ver se, num dia de sorte dava da cara com a minha mulher. E que queria voltar a viver com ela... Regressar com ela ao Interior, ao trabalho do café. Ali um homem casado governa-se. Tem casa para viver e a mulher pode fornecer comidas. Se cultivar uma horta ou criar galinhas começa a juntar dinheiro. O que vale, por lá, uma mulher desembaraçada como era a minha!

O salario no serviço dos bondes não chega para as despesas de cama e comida. Mas eu continuava ao serviço e os meses passavam sem que economias-se um tostão. Se me metia em despesas no bar chegava ao fim do mês com dividas. E já eram anos que levava naquella vida, vendo passar milhões de milhas e sem poder por a mão em cima da que Deus me deu. Nem dentro dos bondes nem nas ruas onde os bondes circulam ou os lugares onde ia. Perdi uns anos, assim, à procura dela. Uns anos perdidos... Para dizer a verdade havia uma outra razão que me prendia a S. Paulo... Gostava duma moça do meu bairro... Vivia com ela... Mas a criatura era teimosa e não queria ir para o Interior sem ser casada. Fazia questão do casamento porque tinha familia lá perto do sitio. E eu vivia na ignorancia de ter a mulher viva ou morta e não me arriscava à bifamia.

Para mais, se a minha mulher, quisesse acompanhar-me, era com ela que eu partiria, era com ela que recomçaria a vida...

Ora em certa occasião, num bonde, encontrei o dr. Anselmo. Ia jurar que me não reconheceu. Mas não se passava uma semana e eu era chamado ao escritorio e pediam-me os documentos...

Fugi outra vez, é claro... Voltei ao Interior a trabalhar na fazenda do café. Juntei-me com uma moça de cor mas esforcada e amiga de ajudar um homem. Davamos comida aos trabalhadores, ela lavava-lhes a roupa... Levamos uns anos, longos anos, a juntar uns contos...

Quando senti o boizo quente tomei de arrendamento um alqueires de terreno e plantei café por minha conta. Ganhel, animei-me, desbravei matos, contratei trabalhadores, pedi emprestado aos amigos, empenhei-me a fundo na aventura... Gastei o que era meu e dos outros e fiz um cafezal que era uma maravilha.

A geada deste ultimo inverno queimou-me tudo...

Regressel a São Paulo doente e desesperado. E agora, com a minha idade, e doente, e desanimado, acha a senhora que posso recomçar? Recomçar agora? O que?

Com a policia já não tenho nada... O "caso" com a minha mulher foi abrangido pela prescrição. Mas estou vencido, incapaz de lutar, faço este trabalho de cobrador à espera da morte...

Sou dos que se perderam no Brasil...

Leiam **DEMOCRACIA** Espanhola

ORGÃO DOS ANTI-FRANQUISTAS NO BRASIL

Rua Brigadeiro Tobias, 5 — Sobroloja, 5 — São Paulo

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES E O "JULGAMENTO DOS 52", NA CIDADE DO PORTO

No passado mês de dezembro o escritor Mario Donato, presidente da Associação Brasileira de Escritores, secção de S. Paulo, fez transmitir ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Ministros, Lisboa, Portugal, o telegrama que abaixo transcrevemos:

"Associação Brasileira Escritores v.g. Secção São Paulo v.g. Brasil v.g. que congrega quatrocentos escritores v.g. fiel seus princípios democraticos v.g. considerando liberdade expressão autentico patrimonio cultura occidental v.g. vem protestar perante Vossencia contra atentado intelligencia portuguesa na

personagem eminente critico literario dr. Oscar Lopes v.g. que entrará julgamento na cidade do Porto acusado juntamente outras 51 pessoas pt. Veemente protesto formulam ainda mesmos escritores contra possibilidade serem applicadas aludido intellectual absurdas medidas segurança estabelecidas pelo decreto 12 março 1956 mesmo em caso absolvição pt. Tais medidas excepção fazem supor malogro em Portugal do primado justiça v.g. lançando irremediável macula civilização portuguesa diante consciencia universal pt. Respeitosas saudações pt. Mario Donato v.g. presidente

COMPLETOU 90 ANOS O PINTOR JOÃO BARREIRA



No dia 23 do passado mês de dezembro de 1956, o grande democrata e pintor João Barreira, completou 90 anos. Embora tardiamente, "Portugal Democrático" não quer deixar de se associar às homenagens que então lhe foram prestadas. Pertencendo à geração de um Leonardo Coimbra e de um António Nobre, João Barreira cedo se deixou seduzir pelos ideais republicanos. Ainda quando estudante da Escola Académica do Porto, manteve intensa correspondência com Zola. Em 1885 filiou-se ao combativo Partido Republicano, passando a desenvolver uma fecunda actividade de revolucionário, quer acompanhando Julio de Matos, Sampaio Bruno e Basílio Teles em comícios de propaganda pelo Norte do País, quer redigindo juntamente com Rocha Peixoto os manifestos do "31 de Janeiro".

Formou-se em Medicina na Escola Médica do Porto, tendo na altura defendido uma tese de grande interesse, quer sob o ponto de vista artistico, quer científico: O Delírio das Negações.

No mesmo ano, publicou um livro que alcançou grande successo em Portugal e no Brasil: Gouaches.

Depois de concluido o curso, estabeleceu-se em Paris, onde foi discípulo de Brissaud e Charcot. Espírito eclético e sabedor, em 1904 Souza Viterbo achou por bem indicar seu nome para reger a cadeira de Archeologia na Escola de Belas-Artes de Lisboa.

Com a implantação da Republica, o povo de sua terra natal, Chaves, elegeu-o deputado às Constituintes de 1911, confirmando a eleição em futuros plebiscitos.

Como homem publico, colaborou na reforma do ensino artistico, e na protecção às artes portuguesas. Posteriormente, na Faculdade de Letras de Lisboa, regou a cadeira Estética e His-

tórica da Arte, até 1936, data em que atingiu o limite de idade. Em 1921 e 1930, representara sucessivamente em Paris e Bruxelas, a Faculdade de Letras e a Escola de Belas-Artes, nos Congressos Internacionais de Arte.

Publicou, entre outros, os seguintes livros: "A Arquitectura e a Casa de Habitação em Portugal" (1923), "A Arte Grega" (1928), "A Morte do Imaginário" (1929), "Historia de uma Catedral" (1937), iniciando em 1938 um "Florilégio de Arte".

Homem de caracter, tipico do republicano desafiado e sabedor, João Barreira, ao completar o seu 90.º aniversario, "Portugal Democrático" sauda em si essa bela tradição de ombriedade, legada pela geração anterior, e que uma tirania caduca de 30 anos, foi incapaz de esmagar ou denegrir.

O maior romancista da Europa Ocidental

Nesta frase com que Jorge Amado classifica Ferreira de Castro haverá, talvez, certa dose de exagero, natural num homem que tanto ama Portugal e a nossa cultura. A verdade, porém, é que o acolhimento dispensado à obra de Ferreira de Castro em todo o mundo justifica, de certa maneira, tal apreciação; ele é, presentemente, não só o escritor português de maior publico no nosso país, como também, e de longe, o mais traduzido. Existem até agora, só da SELVA edições francesas, inglesas, americanas, holandesas, alemãs, suíças, eslovacas, suecas, norueguesas, checas, bulgaras, belgas, espanholas, croatas, italianas e romenas. A floresta da Amazonia tornou-se assim conhecida do mundo inteiro através da palavra de um escritor português.

Por outro lado, todo o romance social na nossa pátria (com todas as limitações e os aspectos positivos que o caracterizam) teve origem na obra deste antigo jornalista, a quem a profissão dera um traquejo e um conhecimento de ambientes que, aliados a um talento inegável e a uma enorme simpatia humana, lhe permitiram construir uma obra vasta que é toda uma denuncia de mundos errados.

Não será demais insistir no espirito do autor de A LA E A NEVE sempre aberto ao vento da justiça; ainda agora, há bem poucos meses, o seu nome encabeçou a lista dos intellectuais portugueses que protestaram contra a inclusão de suas obras na fanfarrada dos TRINTA ANOS DE CULTURA.

A AVOZINHA CADUCA

Por Vitor Ramos

Há verdades que já são truísmos e no entanto não perderam ainda a sua força de choque. Uma delas é aquela afirmação, tão repetida, de que a cultura portuguesa é hoje praticamente desconhecida deste lado do Atlantico. Se exceptuarmos os que, levados por interesses proprios e escusos, por entusiasmos patrióticos ou pela euforia que se segue a um bom jantar oficial, fazem declarações grandiloquentes e vazias sobre "a cultura das duas patrias irmãs", todos são concordes em reconhecer a indiferença do brasileiro, medianamente culto, pela vida cultural portuguesa.

As razões que justificam este fato são, ao mesmo tempo, de caracter cultural e sociológico. É inútil tentar esconder uma realidade que, embora não nos agrade, nem por isso deixa de ser autentica: o brasileiro, sollicitado por outras correntes culturais, principalmente francesas e norte-americanas, tem ido, pouco a pouco, não obstante a questão da linguagem que devia jogar em nosso favor, negligenciando uma contribuição de que necessita e que Portugal, na verdade, não lhe poderia hoje totalmente fornecer. Desta situação, no entanto, cabe-nos em parte a responsabilidade.

O Brasil atingiu uma maioridade intelectual que o coloca, perante a nossa cultura, numa posição de independencia total, mitigada embora por um "partis" de simpatia, que lhe permite acolher ainda favoravelmente tudo quanto possamos oferecer-lhe de autentico e valido. O extraordinario surto da poesia de Fernando Pessoa, nos ultimos anos, ai está para provar o que afirmamos.

Colocando a questão num plano estetico-literario tratar-se-la pois apenas de um problema de conhecimento, de divulgação, de saber mostrar e valorizar o que temos de bom. Nunca é demais encarecer o que, neste sentido, tem sido feito feito por três franco-atiradores da nossa cultura que, cada um na sua especialidade, sem o minimo apoio oficial português, contribuíram mais do que ninguém para manter vivo o facho: Jaime Cortesão, Fidelino de Figueiredo e Adolfo Casais Monteiro.

Pode parecer portanto que, na medida em que surjam continuadores da obra destes pioneiros, a cultura portuguesa retomará a posição que lhe é devida. Ora, a verdade é que o problema apresenta ainda outras facetas, que o tornam mais complexo e de mais difficil resolução. Integrada, como deve estar, num sistema de relações entre os dois países, a questão tem de levar em conta, além do lado puramente cultural, certos aspectos sociológicos que lhe andam anexos. As ultimas gerações portuguesas, por razões politicas, com evidentes repercussões culturais, viram frus-

tradas as suas melhores capacidades de realização. Não falamos já da tragica diáspora que espalhou pelas sete partidas do mundo alguns dos melhores valores portugueses. Precisamente nesta página formulouse, há pouco, uma interrogação que é um grito de alarme, quanto ao destino de grandes cientistas nacionais forçados ao exilio.

Mais importante contudo do que essa dispersão é ainda o desanimo que abate o intellectual português independente a falta de perspectiva, de estímulo, a atmosfera de baixa cozi-nha, a imposição da mediocridades. Tudo isto é feito para prostrar os mais animosos. Há excepções, felizmente, que adquirem ainda maior valor à luz dos fatores negativos que apontamos: um movimento moço, de revisão historica e critica; alguns, poucos, valores isolados no romance, na poesia e no conto; um punhado de jovens pesquisadores que contra tudo e todos telmam em acreditar numa ciencia portuguesa.

Enegrecendo ainda mais o panorama, a Universalidade, depois de sucessivos golpes (afastamento dos melhores mestres, cercamento de prerrogativas universitarias, cortes substanciais de verbas) acabou por demitir-se da sua verdadeira função e trabalha hoje em "vazios cios", desligada totalmente dos problemas nacionais para cujo estudo a sua contribuição seria imprescindível. Onde, o organismo universitario integrado na nossa realidade? Onde, os estudos superiores orientados no sentido da resolução de uma só das mil questões que assoberbam o país?

Como terceiro painel deste quadro sombrio, a situação cultural da colonia portuguesa no Brasil que, podendo e devendo constituir um veiculo de transmissão da nossa cultura, é de um nivel desoladoramente baixo. O "Boletim Bibliografico Brasileiro", no seu numero de dezembro de 1956 revela qual o consumo de livros per capita-ano das diversas nacionalidades. Devemos observar que a estatística está falsada em nosso favor pois considera comprados por portugueses todos os livros importados de Portugal, o que evidentemente está longe de ser verdade. Pois, assim mesmo, o português do Brasil compra 38 cruzeiros de livros por ano, enquanto o alemão compra 360, o holandês 340, o suíço 280, o japonês 200, o espanhol 53,50...

E a situação nem sempre foi esta: até 1937, o português ocupava o primeiro lugar no consumo de livros. Mais um resultado, ainda não sufficientemente conhecido, de uma famosa Política do Espirito.

A conjunção dos fatores apontados — falta de divulgação dos nossos melhores valores, ambiente de asfixia em que vive o intellectual português, de-

missão da verdadeira função do nosso corpo universitario, nivel cultural mediocre da colonia — permite compreender a situação conflagradora a que chegou o cultura portuguesa no Brasil. No plano literario, o brasileiro medianamente culto só conhece três escritores portugueses: Camões, por causa da luta, no collegio, com a sintaxe dos Lusitadas, Eça de Queirós, para cuja voga contribuem muitos fatores extra-culturais, do tipo café society e jogos televisivados e, de certo modo, Fernando Pessoa que beneficia de um ambiente de favor, em que entram em partes iguais o seu genio e a oportunidade ideal em que começou a ser divulgado no Brasil.

Concordemos, pois: a situação não é brilhante e, o que é pior, as perspectivas são pouco animadoras. Apesar de todos os esforços isolados (e sem eles a posição do Brasil perante as nossas coisas seria de total afastamento) o brasileiro só recomeçará a interessar-se pela cultura portuguesa no dia em que possamos oferecer-lhe os produtos de um ambiente cultural vivo, livre e aberto a todos os ventos do espirito.

Com tudo isso, porém, os depoimentos dos brasileiros que, para além dos elogios do estilo, se referem à nossa literatura, à nossa arte, ao nosso teatro, à nossa ciencia, com aquele encolher de ombros, sorridente e simpatico com que as pessoas falam das velhas manias de uma avó caduca, sendo, no fundo, justos e validos para o momento, ferem-nos pela superficialidade de julgamento e pela falta de aprofundamento das razões dessa decadencia.

A historia cultural portuguesa tem ultrapassado outros períodos de depressão; tudo leva a crer que transporá o presente. Trinta anos, no fim de contas, não chegam para abalar uma estrutura solida no conjunto, bem articulada; não é em pouco mais de um quarto de século que se sufoco uma tradição cultural que já suportou períodos de asfixia bem mais longos. Mas essa condição a que o sistema intellectual português foi relegado necessita de compreensão e amizade. É injusto falar de um país velho e esgotado. Fale-se antes de um povo que atravessa uma crise de apatia, momentanea e superavel, que desaparecerá quando se esvaírem as condições que a provocaram. Ainda é cedo, portanto, para encomendar as velas: a avozinha caduca pode rejuvenescer, se a deixarem respirar outro ar. O melhor auxilio que, nos dias que vão correndo, um intellectual brasileiro pode prestar ao nosso país, é tentar entender o que nos levou ao estado presente. A cultura portuguesa necessita hoje mais de discernimento amigavel do que de simpatia bonacheirona.

Empresa Grafica CARIOCA S/A.

Confecção de livros — Impressos comerciais — Douração — Encadernação — Arte grafica em geral

ORGANIZAÇÃO MODERNA A SERVIÇO DO COMERCIO, DA INDUSTRIA E DA CULTURA

Rua Brigadeiro Galvão, 225-235

Fone: 52-3319 — S. PAULO



CASA DE PORTUGAL

por Paulo Resende

Vão realizar-se, dentro de um mês, as eleições da Diretoria da Casa de Portugal para o biénio 1957-1958.

A Casa de Portugal uma instituição que honra a Colónia Portuguesa de São Paulo e merece o carinho e os louvores de todos os portugueses, pela missão que se propõe cultural e de assistência como resum os seus Estatutos.

Louvável e digna de gratidão, sem dúvida, a obra realizada pelas Diretorias dos últimos anos, onde Pereira Queiroz, generoso benemerito e seus colegas conseguiram congregar múltiplos esforços para a construção do grande edifício sede da Avenida da Liberdade. Mas ultimamente uma política mesquinha invadiu aquele lar lusitano e nada se tem feito de apreciável para prosseguimento da campanha cujos resultados foram evidentes, antes se conseguiu desgastar elementos preciosos que, tanto como o Presidente Queiroz, foram auxílio preponderante e muito valioso em tudo quanto se realizou. E assim, não compreendemos como por exemplo, João Cunha Sotto Maior, Alberto Salgado e outros foram afastados das actividades da Diretoria Central, ou afastaram-se de motu proprio. Também o Departamento de Cultura está numa apatia lamentável. Realizou as comemorações camonianas no ano de 1956 e em 55 as do 1.º de Dezembro com certa largueza e sofrível orientação. Todavia passou-lhe despercebido o 1.º de Dezembro de 1956 e o 5 de Outubro de 55 e 56, que continuam a ser datas nacionais, pelo menos no coração do povo português e não há decretos ou pressões salazaristas que as suprimam.

Os prémios literários das comemorações camonianas ainda não foram entregues às pessoas que o júri classificou. A biblioteca, para a qual há dois anos o Sr. Embaixador Farias prometeu uma contribuição substancial de obras literárias importantes e outras entidades já fizeram ofertas, continua fechada. Já foram recebidos esses livros, ou ficaram para as calendas gregas? Uma revista ou boletim mensal é apenas vaga promessa e esperança ainda mais vaga. O restaurante que seria ponto de reunião para tantas tertúlias que existem na pauleta, enguiçou. Só os cegos, os valdoses, os pavões é que não reconhecem que a actual Diretoria perdeu a actualidade, deixando-se ficar para trás, e não atendendo o dinamismo que requer uma associação que deseja congrega a grande Colónia Portuguesa.

Outras falhas podíamos apontar aos socios como o impasse da Torre da Universidade e uma disfarçada superveniência ao governo fascista de Portugal, para lhes provarmos a necessidade urgente de eleger uma nova Diretoria que corresponda aos legítimos anseios da Colónia. Porque esta já cumpria a sua missão e, se reeleita, destruirá quanto está feito, embora muito, e em parte a ela seja devido.

Não visa este pequeno eco ofender ou magoar pessoas, mas apenas alertar os interessados do perigo que ameaça a

A entrevista dada nos jornais de São Paulo por Abílio Pereira de Almeida após o regresso de Portugal, onde assistiu à estreia da sua peça "Moral em Concordata" representada em Lisboa pela Companhia do Teatro Maria Della Costa, não contém a décima parte da sátira que o notável teatrólogo anda esbanjando por ouvintes de amigos sobre a situação do teatro português, a Censura, e o ambiente medieval em que vivem os portugueses da era salazarista.

Lamentamos que se percam na exuberância verbal estes acerados apontamentos de crítica e também lamentamos que a citada entrevista não deixasse bem esclarecido que a crise do teatro português é consequência directa da acção do governo salazarista e não eclipse do génio literário do povo a quem pertence Gil Vicente, D. João da Câmara, Marcelino Mesquita, Alfredo Cortez, e tantos outros autores teatrais que o Brasil conhece, porque as companhias teatrais portuguesas os representavam no Brasil, em tournées que se repetiam todos os anos, nessa época em que o povo português tinha pessimas estradas, a moeda desvalorizada, e levantes populares contra o governo, impostos raros mas também liberdade de imprensa e liberdade de expressão. E uma cultura que se manifestava frequentemente na Europa, um teatro e uma literatura com predominância no Brasil.

Se o talento de Abílio Pereira de Almeida nos não merecesse tão alto conceito, a sua entrevista seria de interpretar pelos canones da psicanálise.

Pode-se Recorrer à Psicanálise

Entre outras coisas, Abílio Pereira de Almeida declarou ao jornal "O Estado de São Paulo", de 22 de dezembro, o seguinte:

— No dia 3 de corrente, exactamente quando cheguei a Lisboa, por via aérea a Cia. Maria Della Costa recebia a notícia de que Moral em Concordata tinha sido proibida. O censor preferiu submeter o texto a consideração do sr. Eduardo Brazão, secretário nacional de Informações. A princípio nem se cogitou de cortes, porque no dizer dele, a peça desfavorecia uma visão do Brasil e seria preferível lavar a roupa suja em nossa casa. Pergantou-me se o elenco do Teatro Maria Della Costa não poderia estreiar com outro texto. O meu original seria examinado pelo sr. Marcelo Caetano ministro da Presidência, e mesmo com os arranjos possivelmente introduzidos, haveria uma pequena demora para a decisão.

E mais à frente: — Eu introduziria no texto maiores modificações Sandro Poloni com a demora, continuaria a perder 8 mil escudos diários. Estreiar com outra peça era difícil. Percorri os teatros e senti que a situação era complicada. "Peraltas e Secias de Marcelino Mesquita (o Marivaux português), é uma peça sem problemas, e ainda assim está proibida para menores de 18 anos. Resolvi então fazer modificações substanciais em "Moral em Concordata".

— As principais modificações

a que submeti o texto são os cortes nas falas de crítica mais violenta da personagem D. Filomena e a mudança do final para um "happy end". Na peça apresentada em São Paulo, Estrela, que havia sido boa esposa, aceita a nova situação com o milionário Katurian. Na versão portuguesa, ela volta ao lar, desfazendo a ligação equivocada, transformada em Madalena arrependida.

— Assisti em Lisboa, a todos os espetáculos em cartaz. Pude verificar que há bons actores, mas o estilo de representação é antiquado, com "tiradas" e o respeito às velhas convenções segundo as quais sempre se fala para o publico. O texto é sacrificado pela censura. Melhor que eu, a propria critica portuguesa pode recriar-se ao "clima" teatral de Lisboa, ao qual, a Cia Maria Della Costa trouxe um sopro de renovação. A "Nota do dia" publicada na primeira pagina do "Diario de Lisboa" do dia 13, termina assim: Desde que os bombeiros tomaram precauções contra o fogo e fizeram descer um pano de ferro sobre o palco, produziu-se na platéia uma sensação de frio difícil de suportar. Não há calor que aqueça os espectadores. Não há chamiz que os atraia. Não há publicidade que os convença. Porque se habituaram a descer do Teatro e sabem muito bem que Gil Vicente não teria existido — se fosse contemporaneo de Abílio Pereira de Almeida".

BEATRIZ COSTA E A CENSURA

Beatriz Costa, a grande actriz popular portuguesa, em entrevista concedida ao jornal "República", de Lisboa, acaba de contornar de uma maneira galante, as dificuldades impostas pela Censura salazarista. Sua entrevista fez furor. Lisboa inteira, que há muitos anos aplaudira a sua "graça saloia", pôs um sorriso nos lábios quando assistiu ao lanchonete de Beatriz Costa entre os bastidores da Censura.

Declarou ela ao repórter de "República": "Não lhe vou dizer que sou bulgara ou tcheco-eslovaca, porque toda a gente sabe muito bem que sou "saloia". Não me

pergunte como entrei para o teatro e nem porque gosto de revistas, porque todo mundo sabe que já nasci a fazer "monices".

— O que gostaria mais de dizer?

— Seria o poder gritar à minha boa e simpática gente que descalce as botas de elastico, que dispa as ceroulas de fitas, que tire a gravata, se despenteie e se liberte! Se liberte e se realize! A vida é feita de sensações, e não é com bisbilhotice e inesquinhice que seremos felizes. Lisboa parece que está isolada do mundo, sem contato nem entusiasmo pelas coisas belas, pelas correntes artisticas ou literarias de mais interesse. Nos teatros da capital ou do Porto representa-se Sartre ou Garcia Lorca? Eu sei que não. Aqui tudo é "tres compliqué" têm a mania da "carpideira,

tudo é triste, tudo é tragico... Como eu gostava de ver o meu povo alegre! O folclore português, um dos mais ricos do mundo, não é expandido como devia e merece; a arte popular portuguesa, tão apreciada no estrangeiro, não é fomentada em escala importante. É preciso fazer propaganda; abrir caminhos, acordar para as realidades da civilização. Esta gente parece estar adormecida... É estranho o que se nota aqui, quando chegamos dos grandes centros onde fervilham as iniciativas e os incitamentos para o culto das artes plasticas, do teatro, do "ballet", da literatura...

Olhe, quando cheguei a Paris fiquei de "short"! Todas as semanas durante os muitos meses que passei nesta cidade sublime, ia ao Museu de Arte Moderna, onde me sentia apaixonada, vagueando por entre as esculturas de Moor, ou admirando sofredamente as telas de Picasso, Braque, dos realistas ou dos cubistas. Não Faculdade: o meu curso foi tirado na escola da vida, e a minha universidade é o mundo.

majestosa Casa de Portugal em seus alicerces sociais e finalidades culturais pelo mal corrosivo da vaidade e pelo egoísmo que nela se instalou.

Com a palavra pois a Assembleia Representativa, a quem os socios delegaram poderes bastantes para nomear uma Diretoria que corresponda às necessidades do momento.

Aqui não é Portugal, onde só um homem, dono absoluto, e uma dúzia de aflhados que asinam de cruz mais a Polícia Política que obriga os restantes ao silencio e obediência.

Todos possuem um sentimento de independência pessoal para pensar e decidir conforme lhes pareça melhor e não necessitam pedir licença para darem o seu voto a este ou aquele que melhor se lhes afigure capaz de defender os interesses da coletividade, sem se curvarem a direito de exclusividade de que parece haver-se apoderado de alguns respeitáveis membros da Diretoria da Casa de Portugal.

Do Atraso Igual de Terras Diversas

Do "Jornal do Brasil" transcrevemos um trecho em que a critica literaria Cecilia Prada se pronuncia sobre o "Diario" de Miguel Torga, e as condições historicas e ambientais que o motivaram.

Nesta hora em que a sombra negra de um arcocho paira sobre a nossa imprensa nada mais eloquente e oportuno do que o comentario desse admiravel "Diario" de Miguel Torga: testemunha livre de uma consciencia pensante que consegue, mesmo sob o jugo da ditadura mais mesquinha levantar a voz para dizer ao mundo que ainda es-

ta desperta apesar de tudo e que tremendamente ressentido como um oprobrio, as peias que lhe são colocadas, impedindo o livre debate das ideias que agitando os espiritos impediria a formação da lama e deixaria correr limpidamente as águas do pensamento.

Anda pelo sétimo volume a publicação periodica desta obra que, ao invés de se limitar ao registro de subjetividades cotidianas e, antes o processo mesmo de libertação da consciencia que de tão escrupulosos reclama contra o que chama de pedradas irresponsáveis às idéias do tempo? confessando o escritor que é tomado de nojo — desencanto após a publicação de cada vo-

ECOS

Falemos da Campanha de Educação de Adultos apregoada aos quatro ventos por Salazar: das 7.180 escolas projetadas no termo do prazo fixado estavam construidas apenas 1.181 e em construção 263. Dos 50 edificios previstos para o Distrito de Evora apenas estão construidos 4. Na escola de Amieira uma só professora tem a seu cargo 100 alunos do sexo masculino. Segundo o deputado Urgel Horta, tras 150 escolas primarias existentes na cidade do Porto, 100 estão instaladas em casas de aluguel, velhas, exiguas e sem a minima higiene.

E a situação agricola, tão brilhante? Em 1955 a produção de trigo no nosso país baixou 47 por cento e do centeio não atingiu 70 por cento de produção de 1954. A aveia não foi além de 69 por cento e a cevada não alcançou 67 por cento.

Não esqueçamos porem os beneficios do Estado Novo no que toca a balança economica: em 1956 a exportação de produtos nacionais atingiu 8 milhões 165 mil contos, ou seja mais 500 mil contos do que em 1954.

Salazar no entanto, como se sabe, reservou todo o seu carinho ao problema da assistência. Num país de mais de oito milhões de habitantes e 133.000 tuberculosos fichados, a Assistência Nacional aos Tuberculosos só dispõe de 700 camas.

Portugal proibiu a venda de gasolina aos domingos, e aumentou os preços desse combustível bem como do petroleo e do oleo em consequencia do bloqueio do Canal de Suez.

Um "decreto de emergencia" proibe tambem as viagens de automovel ao estrangeiro bem como as corridas de automoveis de "sport".

Ao promulgar o decreto o Ministerio da Economia salientou que não há escassez de combustível em perspectiva.

As despesas militares, segundo verificamos no Orçamento Geral do Estado de 1955, atingiram o montante astronómico de 1.978.856 contos, ou seja 35,4% de todas as despesas orçamentadas! Para defender o país contra quem?



lume do seu "diario" sente-se amargo demais ao criticar a época com medo de não compreendê-la bem. No entanto pode ele estar seguro de que nunca nenhum grilo de revolta contra a ditadura contra o abafamento das ideias, que não são subservientes e demasiado ou injusto todos os grandes escritores em todas as épocas tiveram a honra de ver muitas das suas obras apreendidas queimadas, proibidas de circular em suas épocas e os tiranos passaram as obras permanecerem.

